

FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2019

Universidade de Aveiro, 14 de novembro

*Pedra
& Cal*

Conservação & Reabilitação



CIDADANIA E ASSOCIATIVISMO
PELO PATRIMÓNIO

Na Salvaguarda do Nosso Património

Para além do seu valor histórico e simbólico, um edifício é um conjunto de materiais sabiamente interligados.

Paredes de alvenaria de pedra, gaiolas ou tabiques são exemplos de técnicas complexas, praticamente esquecidas com a construção nova e materiais associados.

É obrigação de todos zelar para que os edifícios que integram o nosso Património continuem a sua vida útil e intervir de modo a manter-lhes a dignidade.

Reabilitá-los é preservar a transmissão de valor.

A **AOF** é uma empresa com mais de 50 anos de existência, sempre ligada à salvaguarda do Património. Soube adaptar-se às novas maneiras de entender a intervenção, apostando fortemente na formação dos seus colaboradores.

A **AOF** possui um grupo técnico alargado e altamente especializado na área de conservação e restauro.

Parque da Boavista
Avenida do Cávado nº160
4700-690 Braga
Tel. +351 253 263 614
www.AOF.pt

Local / Porto / Ordem dos Arquitectos - Secção Regional Norte
Fotografia - Rui Pereira



INSTITUTO DO PATRIMÓNIO
NACIONAL



AOF
augusto de oliveira ferreira & ca lda



28. ISTO TAMBÉM É PATRIMÓNIO
Projecto Letreiro Galeria
Rita Múrias



36. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS
Organizações internacionais no âmbito
da Conservação de Bens Culturais
Breves notas
Isabel Raposo de Magalhães



40. BOAS PRÁTICAS
ROTH PROJECTOS & NCREP
Casa de granito em Argomil



46. BOAS PRÁTICAS
CURA PROJECTOS
Reabilitação de edifício de habitação
unifamiliar em Espinho

04 EDITORIAL
Vitor Córias

06 REPORTAGEM
Cidadania e Associativismo pelo Património
Assim foi o Fórum do Património 2019
Lia Nunes

12 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA
Associações e participação pública
Sofia Costa Macedo

16 DESCENTRALIZAÇÃO
Descentralizar. À distância
Alberto Guerreiro

18 DESCENTRALIZAÇÃO
O património cultural, ambiental e
paisagístico como fator para a
equitabilidade territorial
Carlos Costa

23 CAPACITAÇÃO DAS ONG
Capacidades Gestonárias
das ONG portuguesas
Filipe Pinto

26 ENSINO, FORMAÇÃO
E QUALIFICAÇÃO
Qualificação dos Recursos Humanos
da Construção em tempo de
"Reabilitar como Regra"
Vitor Córias

28 ISTO TAMBÉM É PATRIMÓNIO
Projecto Letreiro Galeria
Rita Múrias

36 ORGANIZAÇÕES
INTERNACIONAIS
Organizações internacionais no âmbito
da Conservação de Bens Culturais
Breves notas
Isabel Raposo de Magalhães

40 BOAS PRÁTICAS
ROTH PROJECTOS & NCREP
Casa de granito em Argomil

48 BOAS PRÁTICAS
CURA PROJECTOS
Reabilitação de edifício de habitação
unifamiliar em Espinho

52 NOTÍCIAS

54 HOMENAGEM
Vasco Martins Costa

55 Empresas associadas do
GECORPA - Grémio do Património

55 Estatuto Editorial da *Pedra & Cal*

Pedra & Cal

Conservação e Reabilitação

N.º 67 | 2.º Semestre
Julho > Dezembro 2019

Pedra & Cal, Conservação e Reabilitação é reconhecida pelo Ministério da Cultura como publicação de manifesto interesse cultural, ao abrigo da Lei do Mecenato.

EDITOR E PROPRIETÁRIO | GECORPA – Grémio do Património



GRÉMIO DO PATRIMÓNIO

Instituição de utilidade pública
(despacho n.º 14926/2014 do D.R. 238/2014, 2.ª Série, de 2014-12-10)

DIRETOR | Vitor Córias

COORDENAÇÃO | Joana Morão - Canto Redondo

PAGINAÇÃO | Joana Torgal - Canto Redondo

REDAÇÃO | Lia Nunes - Canto Redondo

CONSELHO EDITORIAL | Alexandra de Carvalho Antunes, André Teixeira, Catarina Valença Gonçalves, Clara Bertrand Cabral, Fátima Fonseca, João Appleton, João Mascarenhas Mateus, Jorge Correia, José Aguiar, José Maria Amador, Luiz Oosterbeek, Maria Eunice Salavessa, Mário Mendonça de Oliveira, Miguel Brito Correia, Paulo Lourenço, Soraya Genin, Teresa de Campos Coelho

COLABORADORES | Alberto Guerreiro, Carlos Costa, Filipe Pinto, Isabel Raposo de Magalhães, Sofia Costa Macedo, Lia Nunes, Rita Múrias, Vitor Córias

PUBLICIDADE
GECORPA - Grémio do Património

SEDE DO EDITOR
GECORPA - Grémio do Património
Avenida Conde Valbom, 115 - 1.º Esq.º
1050-067 Lisboa
Tel.: +351 213 542 336
www.gecorpa.pt
info@gecorpa.pt

DEPÓSITO LEGAL 128444/00

REGISTO NA ERC 122549

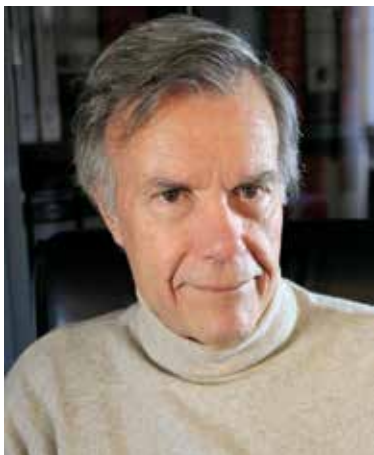
ISSN 1645-4863

NIPC 503980820

Publicação Semestral

Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, pelo que as opiniões expressas podem não coincidir com as do GECORPA.

CAPA: Comunidade do Seixo – Recuperação do sistema construtivo da "casa gandaresa", baseado na utilização do adobe de cal. © Associação Cultural e Recreativa do Seixo de Mira



Cidadania e Associativismo pelo Património

Vítor Cóias | Diretor da Pedra & Cal

Em Aveiro, a meteorologia do dia 14 de novembro do ano passado não foi a mais favorável para eventos como o Fórum do Património 2019: a chuva e o vento forte não ajudaram e, apesar de haver cerca de uma centena de inscrições, as presenças efetivas pouco passaram da meia centena. Importa, no entanto, lembrar que este não foi um evento destinado ao grande público, mas sim direcionado especificamente às ONG do Património.

Deste ponto de vista os resultados podem considerar-se satisfatórios. Vistos do lado da organização, os resultados foram, até, bastante bons, desde logo pelo elevado número de oradores e participantes das mesas-redondas, vinte e sete ao todo, mas, sobretudo pela excelente qualidade dos contributos e intervenções e pela elevada participação da audiência.

As conclusões do Fórum de Aveiro, que constituem o núcleo central deste número da *Pedra & Cal*, estão também patentes no sítio web do Fórum do Património, juntamente com outros conteúdos referentes ao mesmo evento. Por se referirem concretamente às áreas específicas do património cultural construído e da reabilitação urbana, aquelas conclusões foram enviadas à DGPC e à Secretaria de Estado da Habitação.

A organização do evento esteve a cargo da Associação Portuguesa para a Reabilitação Urbana e a Proteção do Património (APRUPP), que coordenou, da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI), da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos (APAC), do GECORPA – Grémio do Património e da Universidade de Aveiro.

Além dos principais conteúdos da edição de 2019 do Fórum do Património, este número da *P&C* inclui vários artigos relevantes dentre os quais se destacam os que descrevem intervenções que podem ser consideradas exemplos de boas práticas ao nível quer do projeto, quer da execução.

O presente número da revista, que diz respeito ao segundo semestre de 2019, está a ser publicado com substancial atraso. À data em que escrevo este editorial a pandemia COVID-19, que em fins de 2019 ainda não tinha chegado a Portugal, está hoje solidamente instalada em todo o mundo e não dá mostras de abrandar. Notar-se-ão, por isso alguns anacronismos nos conteúdos desta revista, para os quais peço a benevolência dos leitores ■



GECORPA GRÉMIO DO PATRIMÓNIO

Instituição de utilidade pública

(despacho n.º 14926/2014 do D.R. 238/2014, 2.ª Série, de 2014-12-10)

Dez bons motivos para se tornar associado empresarial do GECORPA

1 – Experiência

Os associados têm a oportunidade de contactar com outras empresas e profissionais do segmento da reabilitação, e trocar experiências e conhecimentos úteis. O Grémio constitui, por essa razão, um fórum para discussão dos problemas do setor.

2 – Representatividade

O GECORPA – Grémio do Património garante uma maior eficácia na defesa dos interesses comuns e uma maior capacidade de diálogo nas relações com as entidades oficiais para melhor defesa da especificidade do setor.

3 – Concorrência Leal

O Grémio do Património bate-se pela sã concorrência entre os agentes que operam no mercado, defendendo a transparência, o preço justo e a não discriminação.

4 – Referência

Muitos donos de obra procuram junto do Grémio os seus fornecedores de serviços e produtos. Pertencer ao GECORPA – Grémio do Património constitui, desde logo, uma boa referência.

5 – Formação

Os sócios têm prioridade na participação e descontos na inscrição das ações de formação e divulgação promovidas pelo Grémio do Património.

6 – Informação

O GECORPA – Grémio do Património procede à recolha e divulgação de informação técnica sobre o tema da reabilitação, conservação e restauro do edificado e do Património.

7 – Gestão da Qualidade

O Grémio do Património proporciona apoio à implementação de sistemas de gestão da qualidade e à certificação, oferecendo aos sócios condições vantajosas.

8 – Publicações

Agora em formato digital e de distribuição gratuita, a *Pedra & Cal* é uma revista semestral editada pelo GECORPA há 21 anos, que tem como missão divulgar as boas práticas neste setor e evidenciar a necessidade de qualificação das empresas e profissionais.

9 – Publicidade e Marketing

O GECORPA – Grémio do Património distingue as empresas associadas em todas as suas atividades. Os sócios beneficiam de condições vantajosas na publicidade da *Pedra & Cal* e no *Anuário do Património*, onde podem publicar notícias, estudos de caso e experiências da sua atividade.

10 – Presença na Internet

O sítio web da associação constitui um prestigiado centro de informação das atividades, soluções e serviços de cada associado na área da conservação e da reabilitação do património construído.

***Ajude a defender o Património do País:
as futuras gerações agradecem!
Pela salvaguarda do nosso Património: Adira ao GECORPA!***

Cidadania e Associativismo pelo Património

Assim foi o Fórum do Património 2019

Lia Nunes | Pedra & Cal

Dos cerca de 70 participantes, 24 eram representantes ou filiados de ONG do Património. O evento demonstrou as dinâmicas possíveis que se abrem para os atores interessados na defesa do Património, com uma comissão organizadora constituída por quatro associações de defesa do Património: a APRUPP, representada por Alice Tavares, que coordenou; a APAC, representada por Joana Pinho; a APAI, representada por Sofia Macedo; o GECORPA, representado por Vítor Córias; e ainda a própria Universidade de Aveiro, representada por Aníbal Costa.



ob o lema “Cidadania e Associativismo pelo Património”, realizou-se na Sala de Atos da Universidade de Aveiro, em 14 de novembro, o Fórum do Património 2019.

A APRUPP — Associação Portuguesa para a Reabilitação Urbana e Proteção do Património; a Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, a APAI — Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial e o GECORPA — Grémio do Património foram os organizadores do Fórum, com o apoio da Universidade de Aveiro. A participação pública, descentralização, capacitação das ONG e ensino, formação e qualificação foram os quatro temas do evento que contou com o contributo de um orador principal e de um painel constituído por um número variável de participantes. A comissão organizadora agradece os contributos dos oradores e membros dos painéis bem como o acolhimento proporcionado pela Universidade de Aveiro ■

TEMA I

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Os cidadãos são os beneficiários por excelência do património cultural, e, ao mesmo tempo, os agentes potencialmente mais poderosos da sua salvaguarda. No entanto, a ação dos cidadãos em prol da conservação do património cultural, mesmo ao nível estritamente local, dificilmente surtirá efeito se não for exercida coletivamente, através do associativismo.

A ação das associações, enquanto facilitadoras da apropriação do património por parte das comunidades, terá, por seu turno, de ser articulada com a de outros agentes, dentre os quais se destacam imediatamente as autarquias. As associações de defesa do património e as autarquias completam-se mutuamente quando o objetivo é pôr de pé projetos de salvaguarda e valorização do património cultural: as primeiras possuem o conhecimento tradicional e a ligação às comunidades locais, as segundas detêm os necessários recursos organizacionais e financeiros. As universidades e politécnicos, detentores do conhecimento científico e tecnológico, e os meios de comunicação social, capazes veicular para o grande público a ação dos movimentos associativos, são os outros dois atores essenciais da cidadania do património cultural.

Para que a participação pública seja efetiva, os cidadãos e as suas associações não devem ser ouvidos apenas nos períodos para tal previstos na Lei, antes deverão poder acompanhar o processo decisório ao longo de todo o seu desenvolvimento, logo desde a sua génese, sobretudo quando está em causa o património cultural. Importa também que tal participação seja responsável, esclarecida e, sempre que possível, colaborante.



FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2019

Tema I Participação Pública

Moderadora:

Maria José Santana (Jornal Público)

Oradores:

Luís Rocha, Brigitte Capelo, Alice Tavares (UA/APRUPP)

Fernando Madeira (Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Mira)

Dina Ramos (Universidade de Aveiro)

Delfim Bismarck, (Vice-Presidente da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha)

Luís Tarroso Gomes (Plataforma Salvar a Fábrica Confiança)

David Iguaz (Movimento Juntos Pelo Rossio)

Sónia Filipe (ADERAV – Assoc. para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro)

TEMA II

DESCENTRALIZAÇÃO

Uma ainda grande indefinição relativamente ao diploma da descentralização é a principal conclusão da discussão sobre este tema. Indefinição nas formas, mas sobretudo indefinição nos meios alocados à transferência de competências na área do património para as autarquias. Não sendo um processo essencialmente negativo ou redutor para o património cultural, uma vez que vem formalizar o que, em alguns casos já é uma prática, a transferência de competências no domínio do património cultural para as autarquias deve vir acompanhada de meios técnicos e financeiros para uma correta operacionalização.

A questão principal reside, porém, numa indefinição relativamente a um quadro estratégico nacional, não estando claro de que forma os diplomas apresentados respeitam a uma estratégia portuguesa para o património cultural, correndo o risco da descentralização recentemente iniciada se resumir a um quadro de ações práticas, que vem esvaziar a existência de uma política nacional para o património cultural.

A questão do turismo associada às práticas patrimoniais merece especial atenção pelas estratégias excessivamente mercantilistas.

Face ao desconhecimento das capacidades técnicas, humanas e financeiras dos municípios para executar a política de salvaguarda do património, a sociedade civil é chamada a uma ação ainda mais vigilante, mas sobretudo é interpelada a uma integração nas políticas e estratégias, conformando o que se entende por gestão colaborativa e participativa.



FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2019

Tema II Descentralização

Moderadora:

Sofia Macedo (APAI)

Oradores:

Carlos Alberto Figueiredo Costa (CEGOT)

Dália Paulo (Acesso Cultura)

Luís Peres Pereira (ADEPA - Associação de Defesa do Património da Região de Alcobça)

Rafaela Mapril Gonçalves (Projeto Cultural do Freixo da Serra)

TEMA III

CAPACITAÇÃO DAS ONG

As associações ligadas à preservação, divulgação e valorização do património cultural, assim como as instituições da sociedade civil com as mesmas finalidades, podem ter um papel ativo que supere os seus contextos de ação e devem trabalhar de forma concertada, entre si e com outras instituições.

Capacitar as ONG, os seus profissionais e voluntários, são questões prementes e desafiantes dada a especialização do mundo atual. As parcerias, nomeadamente, entre as diferentes associações e instituições da sociedade civil e entre estas e os estabelecimentos de ensino e formação, centros de investigação, institutos de emprego, entre outros, podem potenciar a sua ação e o seu respetivo impacto, promover a qualidade técnica dos serviços que podem prestar, qualificar a gestão associativa e ajudar a estabelecer uma voz destas instituições comum que possibilite a negociação em diferentes contextos e temáticas.

TEMA IV

ENSINO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Dada a maior exigência da reabilitação do edificado antigo e do património cultural construído, torna-se necessário que os agentes envolvidos, quer ao nível do projeto e da fiscalização, quer ao nível da execução das obras, cumpram requisitos complementares de qualificação. Tais requisitos devem basear-se sobretudo na presença nos efetivos das empresas, desde os operários aos quadros superiores, de recursos humanos adequadamente qualificados, nomeadamente em áreas como as construções antigas e a conservação e restauro, recomendando-se para os quadros superiores, a criação de especializações em Conservação e Reabilitação do Património.

Constata-se, portanto, a necessidade de rever o regime de acesso e permanência na atividade da construção civil e obras públicas e criar regimes equivalentes para as atividades de projeto e fiscalização, ou recorrer a outras soluções que permitam assegurar a adequada capacidade técnica dos agentes, dentre as quais se destacam os sistemas de qualificação.

Devido ao atual clima de facilitismo no setor da construção e ao estigma das profissões da construção, em particular ao nível dos operários e quadros intermédios, existem graves carências de pessoal qualificado a estes níveis e, ao mesmo tempo, um subaproveitamento da oferta formativa e da respetiva estrutura, quer por parte das empresas do setor quer por parte da população jovem.

Para além de serem essenciais para a qualidade intervenções, as medidas acima preconizadas contribuirão para a dignificação e empregabilidade das profissões envolvidas e para o reforço, nos setores em apreço, dos efetivos de mão-de-obra qualificada.



FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2019

Tema III Capacitação das ONG

Moderadora:

Patrícia Monteiro (Universidade de Lisboa)

Oradores:

Filipe Pinto (Universidade Católica Porto)

Pedro Flor (Associação Portuguesa de Historiadores da Arte)

Carlos Filipe (CECHAP - Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Património)

Adélio Amaro (CEPAE – Centro de Património da Estremadura)

Sandra Saldanha Costa (Secretariado Nacional dos Bens Culturais da Igreja)



FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2019

Tema IV Ensino, formação e qualificação

Moderador:

Vasco Peixoto de Freitas (FEUP)

Oradores:

Vítor Córias (GECORPA)

Soraya Genin (ICOMOS Portugal / ISCTE-IUL)

Carlos Miranda (CICCOPN)

Luís Ferreira (CICCOPN)

Margarida Alçada (InCidades)

FRASES-CHAVE DO FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2019

O projeto da comunidade do Seixo é recuperar o saber-fazer do adobe de cal, como símbolo da identidade dum povo e duma região.

Luís Rocha (Associação Cultural e Recreativa do Seixo)

As câmaras podem organizar, podem promover, mas para realizar são precisas pessoas que tenham ligação e paixão pelo seu território.

Fernando Madeira (Câmara Municipal de Mira)

No caso da Câmara de Albergaria-a-Velha existe já uma colaboração estreita com as associações de defesa do património, nomeadamente no caso da Rota dos Moinhos.

Delfim Bismarck (Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha)

As associações de defesa do património são palcos privilegiados para a animação cultural e para ligação entre as estruturas centrais da administração e da tutela e as comunidades locais.

Sónia Filipe (ADERAV)

Continuamos a fazer parcerias. São as parcerias que fazem acontecer coisas.

Adélio Amaro (CEPAE – Centro de Património da Estremadura)

Falta uma estratégia associativa federada. Falta-nos dimensão.

Carlos Filipe (CECHAP – Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Património)

A dificuldade de financiamento é a principal preocupação identificada pelas ONG.

Filipe Pinto (ATES – Universidade Católica do Porto)

Ao olhar para o diploma da descentralização de competências na cultura, a [nossa] preocupação é que o Estado demite-se completamente do património que não tem capacidade para viver por si.

Dália Paulo (Acesso Cultura)

A administração local do património tem um valor muito importante que é a democratização cultural: o acesso à cultura das populações, das novas gerações...

Alberto Guerreiro (ADEPA – Associação de Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaca)

Nunca é demais realçar a importância da educação para o património. Não importa qual o nível (educação universitária, formação profissional ou saber-fazeres tradicionais). O problema é que é sensibilização obriga a um trabalho de uma enorme persistência e resiliência.

Vasco Freitas (GECORPA)

DIVERSOS MOMENTOS DE APRESENTAÇÃO E DEBATE NO FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2019





Associações e participação pública



Sofia Costa Macedo | Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Observatório Português das Atividades Culturais, Lisboa, Portugal | sofia_costa_macedo@iscte-iul.pt

Em Portugal, nos finais da década de 70 do século XX, as Associações de Defesa do Património (ADP) abriram, entre a sua massa associativa e comunidade que serviam, espaços de discussão e debate sobre as matérias teóricas e conceptuais relativas ao património cultural, assente numa forte ligação e compreensão das comunidades, e num sólido conhecimento científico que lhes permitia abordar novas tipologias patrimoniais e conjugar o saber com o fazer. Promoviam um contexto de ação e iniciaram um processo de participação pública que viria a ter alguns resultados consequentes na matéria patrimonial em Portugal.

Discutir a relevância das ADP parece ser um processo algo redutor quando se observa na área cultural, e nomeadamente no património, que um envolvimento das associações de defesa de património prefigura-se essencial para a consciente aplicação de políticas de salvaguarda e valorização patrimonial em consonância com os territórios. Portanto, porquê insistir neste tema?

I. Em primeiro lugar porque as associações são os locais privilegiados para o exercício da participação pública. Aceitamos que uma associação corresponde a uma iniciativa organizada de cariz voluntário e individual, promovendo como objectivo a satisfação de necessidades colectivas ou de alcançar finalidades comuns, através de plataformas e instrumentos de cooperação, numa primeira fase internos (entre a base de associados) e depois externamente (a ligação com outros agentes sociais exteriores à

associação). Numa primeira análise, uma associação inicia-se com um sistema fechado (de e para os seus associados) para evoluir para uma ligação com os agentes exteriores (que variam em escala, dimensão e propósitos).

A definição, no plano teórico e conceptual, de uma organização enquanto associação assenta em quatro vertentes essenciais:

- 1) A deliberação sobre o interesse colectivo;
- 2) A defesa do interesse colectivo no espaço público;
- 3) O envolvimento voluntário individual assente na liberdade de escolha;
- 4) A aplicação de regras de respeito mútuo – cívicas – na acção pública (Fernandes, 2014).

Considera-se hoje que as organizações de tipo associativo favorecem o exercício da democracia e da cidadania e, nessa perspectiva, devem ser enquadradas de uma forma activa nas políticas de desenvolvimento ter-

ritorial. Tiago Fernandes (2014) demonstrou que existe uma relação directa entre Estados democráticos bem-sucedidos e presença de associações (de várias naturezas) fortes e actuates, ao mesmo tempo que a existência de associações expressivas depende da existência de Estados também eles fortes. Ou seja, as associações desempenham um papel fundamental na qualidade e “musculatura” da democracia. A dimensão das associações é relevante: a participação cívica aumenta à medida que as associações atingem patamares maiores de implantação. As associações ganham relevância à medida que obtêm escala e que os seus interesses representam os interesses de camadas maiores de população não podendo mais ser relevados.

Acreditamos que as associações são um dos agentes fulcrais para qualquer sociedade civil activa, dinâmica e moderna. Consequentemente, o número de associações



Considera-se hoje que as organizações de tipo associativo favorecem o exercício da democracia e da cidadania e, nessa perspectiva, devem ser enquadradas de uma forma activa nas políticas de desenvolvimento territorial.



é sempre um bom indicador dos níveis de participação cívica e da estrutura de valores que preside à organização social. Um associativismo dinâmico e fértil é sempre o reflexo de uma sociedade, onde valores como a solidariedade, a democracia e a autonomia assumem um papel central. As associações cumprem um conjunto de funções tendentes a uma sociedade mais democrática: organizam os interesses, avaliam a acção das autoridades, estabelecem laços de confiança entre os cidadãos, e promovem uma discussão de ideias mais global e inclusiva. A sua maior vantagem é a possibilidade que oferecem ao cidadão comum de uma expressão dos seus interesses no campo público, e de estes serem considerados de igual forma pelas entidades governantes. A participação pública das associações, é assim, um componente do seu ADN e um dos seus direitos mais interessantes.

II.

Uma segunda reflexão recai no reconhecimento internacional do direito à participação pública, como sendo um objetivo a atingir. Uma sempre necessária releitura da Convenção de Faro coloca nas sociedades e comunidades um papel determinante na salvaguarda do seu património cultural: “Reconhecendo a necessidade de colocar a pessoa e os valores humanos no centro de um conceito alargado e interdisciplinar de património cultural” (Convenção de Faro, 2005, Preâmbulo). O conhecimento e reconhecimento do património cultural assen-

ta não só nos técnicos e especialistas, mas também nos sentidos e significados de grupos comunitários vários, com fortes ligações com os seus patrimónios num processo conhecido como responsabilidade partilhada (Thérond, 2009). Os benefícios são vários e marcantes: coesão territorial, mobilização do capital cultural, reforços da ligação social.

III.

Reflectimos ainda sobre, apesar dos esforços internacionais para a integração das comunidades nos processos de salvaguarda e valorização do património, permanece atualmente um hiato no reconhecimento da necessidade desta participação pública como uma mais-valia para a gestão dos territórios: “Desconsideração e mesmo hostilização ostensiva do contributo do movimento associativo do património cultural e dos museus, não obstante os esforços do mesmo para promover a reflexão cidadã nestes domínios” (Raposo, 2015). Nos últimos anos em Portugal, e de uma forma geral, as estruturas associativas de defesa do património remeteram-se para um papel de divulgadores, e de quando em vez, alertaram as entidades tutelares e competentes para actos de destruição patrimonial, que chegam ao seu conhecimento através de queixas providas de cidadãos descontentes, ou mesmo através da comunicação social. Tem sido na assunção de um papel de vigilância e divulgação activa que as associações de defesa de patri-

mónio têm agido, em Portugal, nas últimas décadas do século XX e primeira década do século XXI. Esta vigilância é resultado de uma acção, promovida directa ou indirectamente pelas estruturas associativas (pelos seus associados e pelas suas redes de contactos e influências no território), mas nunca através das entidades responsáveis ou promotoras. E sempre numa fase de pós-acontecimento. Neste campo, e de uma forma geral, as ADP's assumiram uma postura passiva no campo da intervenção pública. Esta situação pode ser o resultado de vários factores que, funcionando isolados ou em conjunto, provocaram um afastamento das associações de defesa de património, da participação activa da definição das políticas gerais de actuação patrimonial em Portugal.

Reclamar um posicionamento na estrutura da governação pode ser um caminho a definir e um objectivo a atingir. A irrelevância com que as associações foram tratadas, sobretudo a partir de meados da década de 90 do século XX, mantém-se actualmente. Muito devido ao facto de a grande massa crítica associativa ter-se desviado para o outro campo, deixando estas estruturas desprovidas de competências técnicas, altamente valorizadas no sistema patrimonial actual. Resolvendo esta situação, as associações poderiam ser novamente integradas nas estruturas consultivas e mesmo operativas. Até porque possuem uma vantagem competitiva: a proximidade com as comunidades.



O desinvestimento (financeiro, humano, conceptual) do património cultural tem sido acompanhado por uma quase ausência dos cidadãos organizados – associações – relativamente às estratégias que devem pautar a sua salvaguarda, valorização, divulgação e gestão. A chamada sociedade civil não participa, de uma forma geral, nos desígnios públicos que se relacionam com a sua herança cultural. A crise do património vem com uma crise da sociedade civil.



IV.

Reconhece-se assim que existe um défice actual no que diz respeito à participação dos cidadãos na vida pública. No nosso campo de actuação, o património cultural, muito evidente, sobretudo no que diz respeito à sua salvaguarda e defesa. O património cultural está em crise. Com excepção do património cultural imaterial, as restantes vertentes patrimoniais têm vindo a conhecer fases de estagnação ou mesmo retrocesso nos processos do seu conhecimento e salvaguarda. Vítor Serrão fala mesmo em realidade anti-patrimonial onde descaracterização, desleixo e abandono tomaram conta da paisagem patrimonial portuguesa (Serrão, 2014).

O âmbito da discussão está hoje visivelmente mais centrado nas questões da gestão do património cultural, sobretudo na sua vertente mais financeira. A crise do património mantém-se.

O desinvestimento (financeiro, humano, conceptual) do património cultural tem sido acompanhado por uma quase ausência dos cidadãos organizados – associações – relativamente às estratégias que devem pautar a sua salvaguarda, valorização, divulgação e gestão. A chamada sociedade civil não participa, de uma forma geral, nos desígnios públicos que se relacionam com a sua herança cultural. A crise do património vem com uma crise da sociedade civil.

Há exemplos, cada vez mais numerosos, que procuram contradizer este estado e que tal, como no final da década de 1970 assumem que a “Associação era a melhor forma organizacional de promover uma contestação à acção do Estado relativamente à salvaguarda do património cultural e natural e dar cumprimento aos anseios colectivos das comunidades. Tal era importante porque significava que se reconhecia, por um lado, a importância dos vestígios materiais do passado e, por outro, que existia uma oportunidade para a sociedade, de uma forma geral, intervir na salvaguarda dessa mesma realidade” (Macedo, 2018, p. 269).

Mas há necessidade de chegar mais longe e de envolver cada vez mais pessoas nesta matéria, com debates e reflexões que coloquem no centro das preocupações as ligações das pessoas com os seus patrimónios, os sentidos que daí advêm. Que seja um processo orgânico, nascido no seio das comunidades e não resultado de operações de técnicos. E se assim for, que estes tenham apelado primeiro a essas mesmas comunidades. O movimento associativo necessita de uma reformulação de base associativa. Gente mais nova que esteja disponível para assumir o seu papel nestes movimentos. Todos temos falta de tempo; isso não pode ser um argumento. O objectivo mais global que radica no âmago das associações implica que tenhamos consciência de que a nossa acção colectiva representa uma mais-valia.

Quando tivermos a capacidade de assumir estes compromissos, as associações terão condições para fazer ouvir a sua voz e pugnar pela defesa e salvaguarda dos nossos bens culturais ■

** Artigo redigido ao abrigo do antigo acordo ortográfico.*

Bibliografia

Europa, Conselho da (2005), *Convenção-Quadro relativa ao Valor do Património para a Sociedade*, Faro.

Fernandes, Tiago (2014), *A Sociedade Civil*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Macedo, Sofia Costa (2018), *Associações de defesa do património em Portugal (1974-1997)*, Lisboa, Caleidoscópio.

Raposo, Luís (2015), “Património Cultural e os Museus: Visão estratégica. 1: O Passado/Presente”, *ArteCapital*, 17-06-2015.

Serrão, Vítor (2014) “Portugal em Ruínas. Uma história cripto-artística do património construído”, In Gastão de Brito e Silva, *Portugal em Ruínas*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, p. 7-48.

Thérond, Daniel (2009), Benefits and innovations of the Council of Europe Framework Convention on the Value of Cultural Heritage for Society”, *Heritage and Beyond*, Strasbourg, COE.



GECORPA GRÉMIO DO PATRIMÓNIO

Instituição de utilidade pública

(despacho n.º 14926/2014 do D.R. 238/2014, 2.ª Série, de 2014-12-10)

O GECORPA – Grémio do Património é uma associação de empresas e profissionais especializados na conceção, projeto e execução de intervenções na área da reabilitação do edificado e da conservação do património.

O GECORPA – Grémio do Património agrega também outras entidades, públicas ou privadas, e simples cidadãos interessados.

Decorridos mais de 20 anos sobre a sua fundação, os **grandes objetivos** do Grémio mantêm uma total – se não acrescida – justificação e atualidade:

Promover a reabilitação do edificado e da infra-estrutura, a valorização dos centros históricos, das aldeias tradicionais e do Património, como alternativa à construção nova, concorrendo, deste modo, para o desenvolvimento sustentável do País;

Zelar pela qualidade das intervenções de reabilitação do edificado e do Património, através da divulgação das boas práticas e da formação especializada, promovendo a qualificação dos recursos humanos e das empresas deste setor e defendendo os seus interesses;

Contribuir para a melhoria do ordenamento e da regulação do setor da construção e para a mudança do seu papel na economia e na sociedade.



Fórum do Património 2019,
em Aveiro



Visita “Estaleiro Aberto” à sede
da Secção Regional Norte da
Ordem dos Arquitetos



Grupo de trabalho realizado
em Lisboa, para elaboração
do documento “Conservação
e Reabilitação do Património -
Estratégias e Potencialidades



SRU Porto
(15 de novembro de 2019)

A excelência é um objetivo a perseguir em todas as intervenções de conservação e restauro do património edificado.

Descentralizar. À distância



Alberto Guerreiro | Museólogo

Em tempo de decreto-lei concretizando o processo de transferência de competências para as autarquias locais na área da cultura, a responsabilidade orienta-nos para o indeclinável debate sobre os constrangimentos que afetam o sector do Património Cultural. Entre eles, os inevitáveis temas do subfinanciamento da Cultura, da necessidade de reforço de meios (técnicos e financeiros) e de recursos humanos especializados, da inadequação dos equipamentos e dos edifícios postos ao serviço dos bens patrimoniais. Todos eles pugnam por soluções que pecam sempre por tardias, apesar de indispensáveis para uma eficiente programação e gestão de museus e monumentos.



Este debate não é novo, mas antes recorrente num país que, apesar da sua história, parece ter dificuldade em estabelecer uma convivência político-administrativa estável, duradora e saudável, no que toca a uma área tão fundamental como a conservação do seu legado cultural.

Uma leitura atenta do articulado jurídico do decreto realça desde logo uma ambivalência que não é de todo virgem nos atos deliberativos do Estado Português: por um lado, temos uma descentralização conferindo ao poder local o ónus da salvaguarda de um elenco de bens imóveis que não encaixam nas prioridades da administração central – alguns deles problemas crónicos desde a sua origem – e, por outro, mantém uma posição centralista no que respeita a tudo o que aponta para a sua reprogramação ou requalificação.

Num certo sentido, a administração central alivia a pressão do investimento e da conservação quotidiana, mas impõe a sua autoridade decisória, vinculativa, sobre quase tudo que importa para a sua sustentabilidade futura. Esta posição transporta consigo uma outra fundamentação mais inquietante, à vista de todos: o vazio deixado pelo Estado central na área da cultura.

“

Podemos questionar o real contributo desta medida para a salvaguarda do património cultural português. Desde logo, porque ela inquina de uma insuficiência à partida que resulta da falta de enquadramento financeiro no Orçamento de Estado, acompanhada da já mencionada falta de autonomia política que naturalmente irá condicionar todo o processo de salvaguarda. Não havendo enquadramento e autonomia, teme-se que este património continue a viver as mesmas vicissitudes do passado.

”

Podemos questionar o real contributo desta medida para a salvaguarda do património cultural português. Desde logo, porque ela inquina de uma insuficiência à partida que resulta da falta de enquadramento financeiro no Orçamento de Estado, acompanhada da já mencionada falta de autonomia política que naturalmente irá condicionar todo o processo de salvaguarda. Não havendo enquadramento e autonomia, teme-se que este património continue a viver as mesmas vicissitudes do passado.

Uma outra lacuna tem sido amplamente declarada pelos próprios municípios ao denunciarem a falta de participação na seleção do património a transferir para a sua competência, em alguns casos impondo os indesejados e excluindo da lista os ambicionados. Em bom rigor, não estamos perante uma descentralização efetiva, mas antes numa delegação de competências mediante os interesses (in) operativos do Estado central.

Um dos alertas vão na direção da real capacidade do poder local para conservar e promover este património, sabendo que alguns municípios demonstram de antemão limitações acrescidas no sector da cultura. Por outro lado, questiona-se o papel que terão estes imóveis

e museus no seio de políticas municipais com outros investimentos e programas em curso (como novos equipamentos).

Uma das boas notícias, é que ao contrário da administração central, nas últimas décadas, os municípios viram-se obrigado pelas regras da credenciação do património (Rede Portuguesa de Museus e Programas Operacionais de Financiamento) a estabelecer investimentos no sector contribuindo para a renovação do tecido museológico e patrimonial português, revelando hoje uma maior flexibilidade e eficiência operacional. Nesse ponto, esta descentralização não será mais do que a confirmação desta afirmação.

Esta descentralização, decretada à distância, obrigará a uma política integrada e participativa, envolvendo neste processo uma efetiva articulação estratégica entre Estado central (entidade certificadora e fiscalizadora), a administração local (programadora e gestora) e a sociedade civil (defensora e mediadora) enquanto instrumento de garantia da dinamização dos valores inscritos no modelo do desenvolvimento cultural ■

O património cultural, ambiental e paisagístico como fator para a equitabilidade territorial



Carlos Costa | Geógrafo

Descentralização, um fenómeno territorial

Discorrer sobre a importância que o património cultural, ambiental e paisagístico assume, enquanto fator para a equitabilidade territorial, obriga, naturalmente, a uma abordagem sobre a temática da descentralização. Qualquer tentativa de resolução dos problemas associados às assimetrias territoriais, nas suas diferentes dimensões, deve impelir o governo na procura de soluções tendentes ao seu esbatimento, devolvendo às populações e seus órgãos representativos uma outra capacidade de decisão. Assim se compreende, neste enquadramento, a novel política de descentralização e de atribuições de competências para a Administração Local, onde se consideram os seus efeitos ponderosos como um elemento motriz fundamental para o alcance de uma democracia robusta e de um desenvolvimento sustentável reforçado. O princípio que regula a descentralização pode ser identificado como a autoridade delegada, capaz de tomar ou iniciar ações tão próximas da realidade quanto possível (Chiavenato, 2004). Traduz-se na delegação de competências de uma pessoa ou instituição para outra, sejam elas físicas ou jurídicas. Acontece quando um poder que era absoluto, sobre algo, antes detido por um poder central, passa a ser partilhado

com outras pessoas e/ou instituições. A descentralização assume, portanto, uma relação próxima com a tomada de decisão e a prestação de serviços em níveis hierárquicos de base. No Estado, onde se verificam as estruturas mais pesadas e, não raras vezes, obsoletas, a descentralização passa pela necessidade de se criarem entidades cujo objetivo se foque na necessidade de melhorar o serviço público, valorizando-se o interesse público e o bem comum.

É neste contexto que, de forma consciente e consistente, as autarquias têm vindo a assumir novas responsabilidades consubstanciadas numa maior capacidade interventiva junto das populações. Porém, como nem tudo são facilidades, certas desigualdades territoriais e funcionais acabam por recomendar alguma moderação no alcance de conclusões gerais em torno da capacidade de resposta e do papel que as autarquias assumem na satisfação das exigências das populações locais. Revela-se imperativo compreender como é que as autarquias se têm reorganizado numa tentativa de dar resposta a esta devolução de competências, que lenta e paulatinamente tem vindo a acontecer, incrementando a sua esfera de intervenção. Dito de outra forma, revela-se da maior importância deslindar se estas se encontram à altura dos acontecimentos, convenientemente apetrechadas,

com os recursos técnicos, humanos, materiais e financeiros, capazes de articular com eficácia e de modo eficiente estas novas incumbências.

O processo de descentralização deve obrigar, segundo esta lógica, a uma visão mais abrangente e integrada do país, pressupondo uma recusa de políticas centradas nas duas áreas metropolitanas ou em aglomerações urbanas que apresentem níveis ou potenciais de desenvolvimento mais elevados, numa lógica darwinista, valorizando-se, antes, os territórios que apresentam maiores assimetrias de desenvolvimento, que são aqueles que mais necessitam. Uma política nacional, que vise a prossecução de um desenvolvimento regional sustentável, terá de ter em linha de conta todo o conjunto do território nacional, numa lógica de complementaridade e de interação espacial, tendo em consideração todo o potencial, capacidades e limitações do território nacional, de forma integrada e como um todo, observando as dinâmicas das várias regiões e sub-regiões que o compõem. Uma política nacional de desenvolvimento regional deve, assim, prosseguir objetivos de coesão, competitividade e equidade, sem optar por um deles em detrimento dos restantes nem valorizar determinadas regiões e cidades em desfavor de outras, conforme o expresso no relatório da Comissão Independente para a Descentralização, publicado em 2018.



O processo de descentralização deve obrigar a uma visão mais abrangente e integrada do país, pressupondo uma recusa de políticas centradas nas duas áreas metropolitanas ou em aglomerações urbanas que apresentem níveis ou potenciais de desenvolvimento mais elevados, numa lógica darwinista, valorizando-se, antes, os territórios que apresentam maiores assimetrias de desenvolvimento, que são aqueles que mais necessitam.



O espaço sua dimensão territorial e patrimonial

O espaço geográfico, enquanto elemento de referência, é um espaço diferenciado. Diferenciado pela sua localização e pelo jogo de combinações que preside à sua evolução, todo o elemento do espaço e toda a forma de paisagem constituem fenómenos únicos que jamais podem ser encontrados noutros locais ou em outros momentos (Dolffus, 1982). Jamais uma paisagem se apresenta estritamente igual a outra. O espaço assume, aqui, o conceito de forma defendido por Goethe quando afirma que todas as formas são semelhantes e que nenhuma é igual às demais. O espaço geográfico é, assim, um espaço percebido e sentido pelos homens em função tanto dos seus sistemas de pensamento como das suas necessidades (Dolffus, 1982). O espaço carrega consigo simbolismos explícitos ou clandestinos (representações das relações de produção) próprios do quotidiano, do particular, do vivido, transmitindo, igualmente, as mensagens hegemónicas do poder e da dominação (representações das relações sociais de produção). De acordo com Gama (1988), o território deve ser percecionado como um espaço com um conteúdo apropriado e ou produzido por uma sociedade. Um espaço com uma população, recursos e formas construídas, que revela efeitos de poder.

Recursos turísticos, património das regiões

Para uma abordagem inteligível e eficaz à componente “recursos”, no âmbito da avaliação do potencial turístico, importa, para efeitos de inventariação, definir aquilo que se considera como recurso. Wernerfelt (1985), numa abordagem genérica ao conceito, num artigo de opinião, define um recurso com qualquer coisa que pode ser pensada como um ponto forte ou uma fraqueza de uma dada empresa. Ainda no âmbito da abordagem ao conceito, numa perspetiva empresarial, os recursos podem ser definidos como ativos específicos difíceis, senão impossíveis, de imitar. Os recursos, por outro lado, não são considerados como tais pelo simples facto de existirem: só o são mediante um processo de transformação que lhes atribua a capacidade de satisfazer necessidades.

Falar de património e da atividade turística implica, forçosamente, falar de recursos, da sua gestão e do desenvolvimento económico que proporcionam a cada território. Segundo a OMT (1985) os recursos turísticos são todos os bens e serviços que, por intermédio da atividade humana tornam possível a atividade turística e satisfazem as necessidades da procura. O turismo, enquanto atividade económica utiliza recursos que, no fundo, são a sua “matéria-prima”, de modo diferenciado

relativamente aos restantes processos produtivos, uma vez que os “consome” no seu local de origem. Da sua utilização não resulta, em princípio, o seu esgotamento, uma vez que estes permanecem e se constituem como um bem disponível de mercado.

A análise do potencial de qualquer território exige a aplicação de uma metodologia precisa. Dentro do campo teórico do turismo existem diversas técnicas e metodologias que nos podem levar à catalogação dos recursos turísticos.

De acordo com Pollice e Iulio (2011), a competitividade de um destino turístico reside na sua capacidade de satisfazer, de maneira mais eficaz, perante os destinos concorrentes, as necessidades dos fluxos turísticos, a preservação das próprias qualidades territoriais, contribuindo para a melhoria do bem-estar atual e futuro da comunidade local.

Existe, no entanto, uma questão que convém referir, que reside na deterioração dos recursos, uma vez que para a atração de visitantes os destinos se encontram, em larga medida, dependentes dos recursos físicos e dos recursos histórico-culturais. A procura de um equilíbrio na gestão dos recursos revela-se fulcral, no desenvolvimento da atividade turística, porque estes atraem visitantes e, nessa circunstância, quanto maior for o seu

número, maiores serão os riscos de degradação associados à utilização dos recursos mais atrativos. Os recursos mais não são do que uma espécie de bens públicos onde o uso excessivo pode comprometer a utilização por terceiros. Isto para colocar em evidência o facto de que para alguns destes recursos turísticos:

- i) Existe a possibilidade da sua degradação pela exploração de um ou mais utilizador;
- ii) O acesso aos recursos não pode ser condicionado ou ser objeto de exclusão a novos utilizadores.

Face às condições, corre-se o risco de os recursos turísticos poderem ser alvo de uma utilização excessiva e descontrolada por parte de pessoas que não se encontram empenhadas em investir na sua manutenção ou, simplesmente, recuperá-los, dado que não se constituem como propriedade sua. A principal característica destes recursos assenta na impossibilidade de se excluir o seu uso a diferentes utilizadores e pela sua 'subtractividade' que, em bom rigor, determina que o uso desse recurso se traduza na redução da sua disponibilidade para terceiros. Sem dúvida que a deterioração dos recursos físicos, assim como o empobrecimento da sua identidade cultural se apresenta, em regra, como algo de irreversível, o que se traduz, inevitavelmente, numa perda do seu valor face à menor capacidade de gerar oportunidades, designadamente através da diminuição da sua atratividade turística.

Planeamento, instrumento de preservação patrimonial das regiões

A primeira abordagem à problemática do planeamento, no desenvolvimento desta apresentação, confronta-nos, desde logo, com a necessidade de compreendermos os fenómenos de desequilíbrio regional, sobretudo à escala local, uma vez que o território se constitui como parte integrante e fundamental da atividade do turismo. Face à importância que o território assume para a atividade do turismo, o ordenamento e a gestão do território assumem-se como fundamentais para o processo

de transformação das vantagens comparativas, baseadas no aproveitamento intensivo dos recursos turísticos, em vantagens competitivas, pautadas na flexibilidade da oferta e no uso racional dos recursos, sobretudo, quando se considera o contexto de elevada competitividade entre os destinos turísticos.

Os desequilíbrios verificados refletem-se, em regra, na componente espacial, de âmbito geográfico, e repercutem-se, particularmente, em dimensões como a da distribuição da população, capacidade de criação de riqueza e melhoria da qualidade de vida das populações. O planeamento desenvolve-se no sentido de se atingirem objetivos e alcançarem metas através de ações previamente definidas. Pretende-se, assim, uma otimização da utilização do espaço e assegurar uma eficiente exploração dos recursos existentes no território.

O planeamento pode ser implementado em diferentes contextos geográficos (urbano e rural), assim como ser aplicado em diversas escalas (local, regional e nacional). O planeamento é considerado como um instrumento do poder (Vieira, 2007), concedendo a quem tem a responsabilidade de planear a antevisão do futuro, quantificando-o e orientando-o. Tornou-se imperioso, face às condições existentes, saber compatibilizar interesses diversos.

A gestão dos recursos naturais e humanos passou a processar-se, a partir daqui, de um outro modo, obedecendo a uma nova dinâmica e visando a consecução de um crescimento sustentado. O território é um recurso finito, sendo que a salvaguarda da sustentabilidade ambiental e o respeito pelas populações locais se constitui, mais do que um dever, uma obrigação para os responsáveis. As identidades culturais constituem um património coletivo e a atividade turística (o nosso campo desta apresentação) deve, por essa razão, pautar-se por um caminho onde a sustentabilidade seja assumida como uma preocupação permanente. Esta é uma realidade com que os técnicos do planeamento têm de contar, obrigando-os a novas estratégias e conferindo uma cada vez maior complexidade ao ato de planear.

Ao contribuir para o desenvolvimento, o planeamento promove a correção das desigualdades espaciais, através do ajustamento entre a oferta e a procura de recursos e uma ação de controlo dos agentes intervenientes. Revela-se fundamental, por essa razão, compreender que a atividade turística é, também ela, comandada por uma lógica que encerra inúmeras contradições: fomenta o desenvolvimento local e regional mas pode acelerar a exclusão de outros territórios; impulsiona a mobilidade (recorde-se apenas aquela que é induzida diretamente, com fluxos de milhões de turistas), mas exige "sítios" privilegiados de destino, que cada vez mais consome e delapida. "Sítios" onde os recursos se encontram sujeitos a um consumo desmesurado, de difícil recuperação, à conta da ação predadora do turismo massificado. É, ironicamente, esta dinâmica que acaba por colocar em causa a atividade que permitiu a promoção desses mesmos lugares: o turismo. Assim sendo, revela-se de capital importância pugnar pela resolução dos conflitos através da valorização das dimensões quantitativa e qualitativa associadas, a favor das populações e do património para o qual o planeamento é pensado.

Ontologia de uma intervenção a favor do património turístico – o caso da Serra da Estrela: das Comissões de Iniciativa ao Turismo Centro de Portugal

Revela-se de capital importância perceber a evolução que os diferentes organismos com responsabilidades na condução dos destinos da atividade do turismo na Serra da Estrela tomaram durante o seu processo evolutivo. Nesta perspetiva faz todo o sentido proceder a uma análise da evolução das políticas e das opções estratégicas tomadas ao longo do tempo, colocando-se particular ênfase nos momentos da criação das Comissões de Iniciativa e extinção da Região de Turismo da Serra da Estrela (RTSE) rumo à integração no Turismo do Centro.

Falar, hoje, da promoção institucional do Turismo na região da Serra da Estrela implica, obrigatoriamente, recuar aos primórdios da atividade do turismo em Portugal, ainda que o façamos de um modo sucinto. Assim, a primeira iniciativa em prol desta atividade ocorreu no já longínquo ano de 1911, nos trabalhos do IV Congresso Internacional de Turismo, organizado pela Federação Franco Hispano - Portuguesa dos Sindicatos de Iniciativa e Propaganda, que decorreram nas instalações da Sociedade de Geografia de Lisboa. Foi com base nestes trabalhos que os nossos governantes se aperceberam, de facto, da importância deste novo fenómeno. As recomendações proferidas pelos congressistas foram acolhidas de imediato, criando-se um organismo oficial capaz de tutelar a atividade do turismo. Decretou o Governo Provisório da República a formação do Ministério do Fomento, dotado de um Conselho de Turismo, coadjuvado por uma Repartição do Turismo. Em 1928 esta organização passou a denominar-se de Repartição de Jogos e Turismo.

Todavia, voltando ao enquadramento funcional do Conselho de Turismo, uma questão pertinente foi colocada, por esta altura: o que fazer para que a sua ação pudesse produzir efeitos ponderosos na província? Era, justamente, nestes territórios que grande parte do património e do potencial turístico se encontrava localizado e, de algum modo, se encontrava votado ao abandono. Por proposta do Conselho de Turismo, o Governo foi autorizado a organizar Comissões de Turismo, que assumiram o estatuto de delegadas do Conselho de Turismo, com competências para todas as questões relativas ao turismo.

Apesar desta nova abordagem, só algum tempo depois se viriam a criar as Comissões de Iniciativa, pelo Ministério do Comércio e Comunicações, por proposta da Sociedade de Propaganda de Portugal, que detinha estatuto de instituição privada. Estas Comissões de Iniciativa teriam a possibilidade de proceder a um trabalho de proximidade, beneficiando, desde logo, da deslocação de sócios da Sociedade de Propaganda para as províncias, a fim de ajudar à instalação

destas unidades, que seriam as estruturas embrionárias de uma futura orgânica local vocacionada para a defesa do turismo. Com a implementação desta medida criou-se a primeira rede de Sindicatos de Iniciativa e Propaganda local, sustentada, em larga medida, no voluntarismo das pessoas mais influentes da terra.

Foi com a aprovação da Lei n.º 1:152, de 23 de abril de 1921, mais tarde alterada pelo Decreto n.º 8:046, de 24 de fevereiro de 1922, e pelo Decreto n.º 10:057, de 30 de agosto de 1924, que se desenvolveram as condições legais para a criação das Comissões de Iniciativa. Encontravam-se, então, criadas as condições para o aparecimento da mais importante Comissão de Iniciativa da Serra da Estrela: a da Covilhã, em maio de 1929, tendo os seus membros reunido, pela primeira vez, no dia 14 de novembro. Sabe-se, igualmente, que Manteigas criou a sua própria Comissão de Iniciativa, com início de funções em maio de 1931, assim como o concelho de Seia criou a sua, em data que não se conseguiu determinar.

Este pacote de Leis indicava que as Comissões, então constituídas, se obrigavam a criar um conjunto de iniciativas tendentes a aumentar a frequência das mesmas estâncias e a fomentar a indústria do turismo. Esta janela de oportunidade, sustentada na criação de condições de desenvolvimento local à conta da atividade do turismo, fez com que o concelho da Covilhã, tal como ia sucedendo um pouco por todo o território nacional, criasse uma Comissão de Iniciativa. É possível detetar-se, na comunicação social de então, o mês de maio, do ano de 1929, como data de início de funções da Comissão de Iniciativa da Covilhã. Porém, os membros da C.I.C. viriam a realizar a sua primeira reunião apenas no dia 14 de novembro de 1929.

Quando se realizou o I Congresso Nacional de Turismo, em 1936, havia ideias muito precisas sobre o turismo em Portugal, onde o contributo das Comissões de Iniciativa se fazia já sentir notado. Da discussão aí ocorrida apurou-se, com um largo consenso, a necessidade de elaboração de um plano coerente e eficaz a favor do turismo nacional.

Defendeu-se a elaboração de um Código do Turismo capaz de reunir a legislação então em vigor, com as respetivas alterações e aditamentos, assim como possíveis exclusões ditadas pela experiência no terreno. Todavia, no que concerne ao turismo local, um duro golpe foi proferido com a publicação do Código de Turismo, pelo Decreto-Lei n.º 27:424, de 31 de dezembro de 1936, ao colocar um ponto final nas Comissões de Iniciativa e Turismo.

No processo de reorganização das estruturas orgânicas de apoio à atividade do turismo, defendeu-se a formação de um “Comissariado Geral do Turismo”, cujo responsável máximo seria um Comissário Geral subordinado à Presidência do Ministério. Por sua vez, subordinado ao Comissariado encontrar-se-ia um “Conselho Técnico Turístico” e uma “Federação Nacional de Turismo”, que funcionaria como agente de coordenação das atividades realizadas pelos particulares e simultaneamente, enquanto órgão corporativo, teria também à sua responsabilidade a representação das atividades turísticas no Estado Corporativo Português, cuidando da propaganda aquém e além-fronteiras. Dependeriam desse órgão as cinco “Comissões Regionais” que haveriam de ser criadas em diferentes regiões do país e ultramar (Norte, Centro, Sul, Ilhas e Colónias), abrangendo cada um dos órgãos diversas “Comissões Locais de Turismo”.

Apesar da existência de opiniões favoráveis à continuidade das Comissões de Iniciativa, o Governo acabou por colocar um ponto final nessas entidades, como se referiu, fazendo nascer, em sua substituição, as Comissões Municipais e Juntas de Turismo, dependentes das Câmaras dos respetivos concelhos. No ano de 1944, o Secretariado de Propaganda Nacional, que tutelava já o turismo, foi convertido em Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo.

Constata-se, portanto, numa abordagem à escala local, a existência de modelos diversos, que permitiram aos municípios o cumprimento das suas competências em matéria de turismo, desde as propectas Comissões de Iniciativa, passando pelas

Zonas de Turismo, consagradas no Código Administrativo de 1936, com toda a sua dualidade, dividindo-as em Juntas de Turismo e Comissões Municipais de Turismo, até à posterior configuração, traduzida nas associações de direito privado.

Apesar do enquadramento legal produzido pela Lei n.º 2082, de 4 de junho, de 1956 – Estatuto do Turismo –, cuja regulamentação aconteceu no ano seguinte, sustentada no Decreto n.º 41035, de 20 de março, de 1957, que veio a permitir o aparecimento, em maio, da primeira Região de Turismo em Portugal, a da Serra da Estrela, só muitos anos volvidos, com o advento do 25 de Abril de 1974, é que o poder local se transformou, ultrapassando a simples desconcentração admitida pelo poder central para um exercício efetivo do poder local. Foram-lhe facultadas, a partir de então, ferramentas para uma nova abordagem à problemática da atividade turística, embora o poder central não tivesse abdicado, de todo, da sua presença reguladora. Sendo ele cúmplice na criação das regiões de turismo, encontrou forma de compatibilizar, através da sua presença, o interesse regional com o interesse nacional. A sua presença, ainda que minoritária, permitiu-lhe constatar se as regiões de turismo cumpriam com as obrigações que a Lei lhes impunha. A par desta sua representação minoritária o poder central cuidou de reforçar a participação de outros interesses, mormente o dos privados, com a abertura da sua participação nos órgãos das Regiões de Turismo, algo que o Estado Novo havia limitado no tempo das Comissões de Iniciativa.

A Região de Turismo da Serra da Estrela encontra a origem da sua fundação numa associação de municípios, que entendeu ser necessária a constituição de um organismo capaz de representar e promover a região da Serra da Estrela enquanto destino turístico, partindo-se, desde logo, para a definição dos objetivos relativos à promoção e divulgação das suas potencialidades. Para dar corpo a esta diligência foram seis os concelhos que abraçaram o projeto (Covilhã, Fundão, Manteigas, Belmonte, Seia e Gouveia), de modo a almejar-se a consecução de resultados ponderosos em matéria de promoção, apoio, e animação da região, centrada, por

essa altura, numa prática de turismo de inverno, o que reforça a ideia sempre associada ao turismo de neve e de inverno. A instituição embrionária da RTSE apresentava-se, então, como uma instituição sem qualquer poder em termos de capacidade interventiva, naquilo que concerne aos territórios municipais. Dito de outro modo, encontrava-se destituída de qualquer capacidade interventiva em matéria de planeamento e ordenamento do território, sendo, contudo, consultada pelos interessados quando estivessem em causa matérias do foro turístico.

Do ponto de vista geográfico, a RTSE encontrava-se situada na Região Centro (NUTS II), pertencendo os concelhos que a integravam a cinco NUTS III distintas, designadamente as extintas Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Pinhal Interior Norte e Serra da Estrela. Dela faziam parte os concelhos de: Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Oliveira do Hospital, Penamacor, Pinhel, Seia, Trancoso. A ação da RTSE, embora preferencialmente vocacionada para o turismo, permitiu o desenvolvimento de ações complementares, sustentadas na valorização e exploração dos recursos endógenos, capazes de atenuar o vertiginoso êxodo rural e consequente envelhecimento da população, ao valorizar e divulgar atividades complementares ao setor.

O trabalho desenvolvido pela RTSE fez-se à custa de um território de montanha. Assim, é sob o prisma desta característica geográfica dominante que todas as análises devem ser produzidas, conscientes de que as especificidades dos territórios de montanha implicam uma atenção especial no desenvolvimento de qualquer atividade para si preconizada, em particular para o turismo. Assim, revela-se importante determinar quais os recursos que se configuram como produtos turísticos valiosos e funcionaram como uma vantagem comparativa na ótica de trabalho desta instituição. Como já foi referido, no início, o turismo de inverno/neve foi o escolhido, por ser, então, o mais valorizado. Sabemos, hoje, que outros produtos firmaram os seus créditos, enquanto produtos de excelência, abrindo novas janelas de oportunidade para a economia local e para a qualificação da oferta. Foi na capitali-

zação da diversidade ecológica e cultural, que foi colocada a tónica, possibilitando-se, com esta aposta, uma diversificação de produtos complementares ao turismo nos territórios de montanha, pese embora o peso do turismo de neve e de inverno estivesse sempre presente.

Quando olhamos para as propostas de intervenção gizadas nos planos a diferentes escalas é-nos permitido constatar esse desiderato. De acordo com o PENT (2007, p. 84), «o pólo turístico da Serra da Estrela compreende toda a área do parque natural e o território envolvente, tendo sido criado para se tornar um destino de referência no mercado português, desenvolvendo economicamente uma região marcada pela interioridade». Constatase, igualmente, que se dá particular relevo ao produto “neve” sem, contudo, se menosprezar o potencial de outros produtos turísticos, ao afirmar que «Deverão ser desenvolvidos dois produtos no pólo: *Touring* e Turismo de Natureza (com particular enfoque na oferta de neve). O mercado alvo da Serra da Estrela é o mercado nacional, onde o pólo se diferencia por ser o único destino de neve.» (op. cit., p. 84).

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 67/2008, de 10 de abril, extinguiu-se a RTSE para dar o seu lugar ao pólo de desenvolvimento turístico da Serra da Estrela, que passou a integrar a novel estrutura Região do Turismo do Centro. Do ponto de vista legal, a sua designação, natureza jurídica e âmbito territorial passa a ser a que a seguir se expõe:

- i) A entidade regional de turismo do pólo de desenvolvimento turístico da Serra da Estrela adota a designação Turismo da Serra da Estrela e compreende o território abrangido pelos municípios de Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Gouveia, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal, Seia e Trancoso, nos termos do anexo ao Decreto -Lei n.º 67/2008, de 10 de abril;
- ii) A Turismo da Serra da Estrela é a entidade regional de turismo gestora do pólo de desenvolvimento turístico da Serra da Estrela, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto -Lei n.º 67/2008, de 10 de abril; e
- iii) A Turismo da Serra da Estrela é uma pessoa coletiva de direito público de âmbito territorial, dotada de autonomia administrativa e financeira e património próprio ■

Capacidades Gestionárias das ONG portuguesas



Filipe Pinto | Área Transversal de Economia Social da Universidade Católica Portuguesa - Centro Regional do Porto

*A intervenção sobre as Capacidades Gestionárias das Organizações Não Governamentais (ONG) Portuguesas realizada no prestigiado Fórum do Património, edição de 2019, alicerçou-se no estudo de **Diagnóstico das ONG Portuguesas**, elaborado ao longo de 2014 pela Universidade Católica Portuguesa (UCP) para a Fundação Calouste Gulbenkian. Este estudo, coordenado por Raquel Campos Franco da Católica Porto Business School, contou com a participação significativa de investigadores da Área Transversal de Economia Social da UCP no Porto.*

Para além de uma proposta de conceito de ONG, onde se incluem as ONG do Património Cultural, e da construção de uma base de dados coerente com este conceito, o estudo espelha uma caracterização da estrutura interna das ONG no que se refere ao seu modo de governo e práticas de gestão, recursos humanos, equipamentos, financiamento, trabalho em rede e relações com entidades públicas. É sobre este último contributo, de **caracterização da estrutura interna**, que os próximos parágrafos incidem, vertendo-se neles a transcrição adaptada de alguns extratos dos resultados do estudo que identificam as principais forças, fraquezas e recomendações sobre a gestão das ONG.

No que respeita ao **modo de governação**, o estudo sinalizou que as ONG em Portugal são lideradas por pessoas em situação de voluntariado, maioritariamente de meia idade, com habilitações literárias superiores e forte predominância do sexo masculino. Estas lideranças, dedicadas às funções de direção, têm algumas dificuldades em fazerem-se substituir, mas não se eternizam nos lugares, nem são dinásticas. As direções estatutárias delegam nas direções técnicas decisões de gestão corrente, mas ainda se abrem pouco à participação e à avaliação externas, embora com indícios de que a participação interna está a começar a fazer algum caminho.

Relativamente a **práticas de gestão**, a declarada necessidade de desenvolverem competências ao nível da gestão estratégica, além de denunciar que muitas organizações ainda estão aquém do que desejariam nesta área, pode ser um sinal de que a realização dos planos estratégicos ainda poderá estar numa fase embrionária nalgumas ONG que os elaboram. Apesar da maioria das ONG referir realizar planos estratégicos, estes resultados não evidenciam, contudo, a qualidade do processo e os resultados. Em alguns casos os planos estratégicos não têm a participação ativa ou têm uma participação mínima das direções estatutárias, que têm a responsabilidade de determinar as linhas estratégicas

de trabalho da organização, sendo o trabalho de elaboração e concretização realizado pela direção/equipa técnica. As ONG que elaboram o planeamento estratégico de uma forma participativa conseguem potenciar o envolvimento de todos os membros.

Ao nível do **marketing**, a maioria das ONG afirma trabalhar esta área e há uma consciência grande da importância da divulgação, comunicação e sensibilização, para o sucesso das ONG. Não obstante, a identificação desta como uma das competências a desenvolver, indicia competências reduzidas ou ausentes ao nível do marketing, o que limita em grande medida a eficácia da atuação, entre outros, ao nível da angariação de fundos (onde se inclui a angariação de novos associados, por exemplo) e da comunicação externa. Além disso um reduzido número de ONG afirmam ter um documento estratégico para esta área.

Ao nível da **prestação de contas**, há uma crescente consciência da importância do rigor na gestão financeira, tornada evidente quer por situações de debilidade financeira postas

em evidência nos últimos anos, pela gravidade das situações, quer porque imperativos de transparência que se revelam cada mais essenciais no processo de desenvolvimento captação de fundos junto de doadores potenciais. No entanto, verifica-se a falta de mecanismos adequados de prestação de contas à sociedade, associados e colaboradores.

Ao nível da **gestão da qualidade**, a maioria das ONG com estatuto de IPSS ou já implementou ou está a implementar um sistema de gestão da qualidade. Sendo este um bom indicador da evolução ao nível da qualidade da gestão das ONG, deve ser olhado com cautela. A resposta afirmativa das organizações pouco diz sobre os resultados que têm sido alcançados com os processos de certificação.

Relativamente aos **recursos humanos**, os colaboradores remunerados são principalmente do género feminino, a tempo integral e com contratos sem termo. O sistema de gestão das pessoas contém elementos de formalização numa percentagem já considerável de ONG, mas ainda há muitas carên-

cias de formação, apesar das melhorias ocorridas nos últimos anos. No que respeita aos recursos humanos não remunerados, identifica-se uma presença de voluntários (para além dos que são membros dos órgãos sociais) em grande parte das ONG, embora em pequeno número em cada organização, e na generalidade dos casos sem contrato e sem formação para o voluntariado.

Quanto à dimensão das **parcerias e do trabalho em rede**, verifica-se que a partilha de recursos materiais e humanos é pouco frequente, sendo apenas no uso de instalações que ela tem alguma expressão. O trabalho em rede e as parcerias acontecem na maior parte das ONG, mas provavelmente concentram-se na partilha de informação e não ainda na doutros tipos recursos. Finalmente, na relação com as instituições públicas, destacamos que é com as entidades que lhes estão mais próximas (Administração Central desconcentrada e autarquias locais) que as ONG têm relações mais frequentes, de melhor qualidade e com mais possibilidades de trabalho em parceria.



Apesar da maioria das ONG referir realizar planos estratégicos, estes resultados não evidenciam, contudo, a qualidade do processo e os resultados. Em alguns casos os planos estratégicos não têm a participação ativa ou têm uma participação mínima das direções estatutárias, que têm a responsabilidade de determinar as linhas estratégicas de trabalho da organização, sendo o trabalho de elaboração e concretização realizado pela direção/equipa técnica.





O sistema de gestão das pessoas contém elementos de formalização numa percentagem já considerável de ONG, mas ainda há muitas carências de formação, apesar das melhorias ocorridas nos últimos anos. No que respeita aos recursos humanos não remunerados, identifica-se uma presença de voluntários (para além dos que são membros dos órgãos sociais) em grande parte das ONG, embora em pequeno número em cada organização, e na generalidade dos casos sem contrato e sem formação para o voluntariado.



Relativamente à **estrutura dos gastos e dos rendimentos**, com os gastos com o pessoal a serem a principal componente dos gastos das ONG, existem melhorias de eficiência a explorar nas aquisições e utilizações de bens e serviços que podem passar por mais e melhor trabalho em parceria. Relativamente aos rendimentos, o financiamento público é uma fonte de rendimento muito importante para as ONG, complementado por participações dos utentes e donativos de particulares, sendo ainda relativamente pouco expressivo o financiamento privado institucional. Já a angariação de fundos privados, esta é praticada pela maioria das ONG, mas principalmente junto de particulares e menos junto de empresas, sendo que a maioria carece de organização e de desenvolvimento de competências nesta área. São, sem dúvida, as questões ligadas à sustentabilidade económica que são as mais sentidas pelas ONG.

Para finalizar, atendendo ao exposto, selecionam-se aqui três das várias recomendações que o estudo aponta:

1) Há ainda muito a fazer em termos de **capacitação** não só dos colaboradores, mas também dos membros das direções estatutárias. Em primeiro lugar, através de programas de **formação-ação**, uma vez que a experiência dos últimos anos mostra que esta é a forma mais adequada de promover esta capacitação de maneira a que ela conduza a efetivas melhorias de desempenho das organizações, assentes em diagnósticos participados que identifiquem as competências a serem

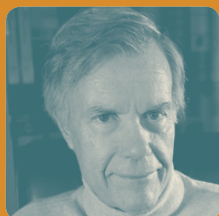
desenvolvidas. De qualquer modo existem áreas de formação que são incontornáveis, porque indispensáveis a estas organizações, e reconhecidas como tal pela maioria das ONG, como sejam, a gestão e planeamento estratégico ou o marketing e comunicação externa. Em segundo lugar, outra área que carece investimento diz respeito aos temas da governação. Esta área de promoção da melhor articulação possível entre as direções estatutárias e as executivas ou operacionais é fundamental e, para tal, deveria haver **mais formação, em particular dos órgãos de governo, sobre governação**, uma vez que sendo para estes claro o papel que devem desempenhar, a articulação com os gestores executivos ou operacionais será mais fácil, tendo estes últimos desta forma mais claramente compreendidas as suas funções e responsabilidades.

2) Sem nenhuma surpresa, o estudo mostra que há uma clara unanimidade das ONG no que se refere àquilo que consideram como sendo o seu principal problema, a saber, as **difficultades de financiamento**. Posto isto, por um lado, para além de ser fundamental a definição de políticas que garantam uma maior estabilidade do financiamento público é fundamental apostar na **diversificação das fontes de receitas**. Destaca-se a necessidade de desenvolvimento de competências ao nível da elaboração de candidaturas a projetos financiados por fundos públicos (nacionais e europeus), que se aposte em processos formativos que reforcem as competências na área da angariação de

fundos junto de benfeitores particulares e no desenvolvimento de parcerias com empresas. Por outro lado, a natureza de bem público que caracteriza o essencial dos serviços prestados pelas ONG justifica que devam contar com o **financiamento público** como um recurso essencial para a sua sustentabilidade económica. Se no caso das Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS) está instituído um regime de contratualização (“acordos de cooperação”) dos financiamentos públicos a estas organizações, que institui algum grau de previsibilidade no financiamento público com o qual as IPSS podem contar, para outras não existe um sistema do mesmo género. Por isso, deveria ser considerada a possibilidade de estender o regime da contratualização negociada e monitorizada dos financiamentos públicos a mais famílias de ONG, que permita fortalecer a sustentabilidade económica das ONG e, consequentemente, melhorar serviços que se pretendem estáveis e integrados.

3) Finalmente, sublinha-se a necessidade de se potenciar o **papel das organizações de nível superior** (ex: federação, confederação), uma vez que estas estruturas permitem unificar, numa só voz, as diversas ONG que atuam numa determinada área, conferindo-lhes maior poder junto de outras instituições da sociedade civil e das estruturas do Estado. Estas uniões podem ter um papel fundamental no diálogo com o poder político na definição das políticas para o setor e para as suas diversas áreas de intervenção ■

Qualificação dos Recursos Humanos da Construção em tempo de “Reabilitar como Regra”



Vítor Córias | Engenheiro civil

A iniciativa Reabilitar como Regra tem por objetivo principal, enunciado no texto da resolução do conselho de ministros de 2017 e reiterado no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 95/2019, a revisão do enquadramento legal e regulamentar da construção para “o adequar às exigências e especificidades da Reabilitação”.

Trata-se de algo que faz todo o sentido, dado que a maioria das obras de reabilitação é caracterizada pela maior complexidade metodológica e tecnológica, pela grande diversidade de situações encontradas, pela especificidade das intervenções em termos quer de conceção quer de execução, sem esquecer o impacto direto que frequentemente tem sobre as pessoas e o património cultural construído. A reabilitação do edificado é, portanto, mais exigente do que a construção nova. As exigências da reabilitação são de diversa ordem, mas há uma que se destaca claramente: a da qualificação dos agentes que nela intervêm, nomeadamente das empresas e, por inerência, dos recursos humanos (RH) presentes nos seus quadros. Infelizmente, o atual panorama da qualificação dos RH da construção em Portugal é desolador. Tal situação radica, desde logo, na grande percentagem da generalidade da população com baixos níveis de escolaridade e da elevada percentagem da população ativa sem competências digitais.

É sintomática da falta de RH qualificados no setor da construção a frequência com que vêm a lume nos meios de comunicação social as notícias sobre este problema. Num comunicado do verão de 2019, uma das associações de empreiteiros estimava em 70 mil o efetivo de operários especializados em falta.

Esperar-se-ia, portanto, assistir a um grande esforço das empresas do setor para se dotarem de mão-de-obra qualificada. Infelizmente, tal não acontece. O último inquérito à formação profissional realizado pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social aos vinte e quatro principais setores de atividade, compara vários indicadores, entre eles o número de horas de formação por trabalhador, a percentagem de empresas com formação profissional inicial, a de empresas com formação profissional contínua, e a de empresas que avaliam com regularidade as necessidades de formação.

Constata-se que a construção ocupa sempre os últimos lugares.

É também reveladora a comparação com um setor algo semelhante, o da metalúrgica e metalomecânica, entre a atividade dos respetivos centros de formação profissional protocolados. Na construção, para um número de trabalhadores 1,7 vezes maior, o volume de formação é cerca de 5 vezes menor.

É portanto óbvio que a exigência de RH qualificados, sobretudo operários e quadros intermédios, não está a ter resposta adequada, e se a situação já é má para a qualidade da construção corrente torna-se um obstáculo intransponível ao objetivo de mudar o paradigma do setor elegendo a reabilitação como regra.

Olhando para a evolução do enquadramento legislativo do setor da construção é notório o facilitismo associado à presença da troika em Portugal: com o D.-L. 53/2014,



As exigências da reabilitação são de diversa ordem, mas há uma que se destaca claramente: a da qualificação dos agentes que nela intervêm, nomeadamente das empresas e, por inerência, dos recursos humanos (RH) presentes nos seus quadros. Infelizmente, o atual panorama da qualificação dos RH da construção em Portugal é desolador. Tal situação radica, desde logo, na grande percentagem da generalidade da população com baixos níveis de escolaridade e da elevada percentagem da população ativa sem competências digitais.



que institui o regime excecional de reabilitação urbana e é agora revogado, com o D.-L. 136/2014, que simplifica o D.-L. 555/1999, e dispensa de controlo prévio as obras no interior dos edifícios, e com a Lei 41/2015, que entre outras simplificações, dispensa os empreiteiros de obras particulares de demonstrar que possuem capacidade técnica (leia-se “qualificação”), passando tal demonstração a ser requerida apenas aos empreiteiros de obras públicas, para os quais, no entanto, os operários e quadros intermédios deixam de fazer parte do número mínimo de técnicos prescrito. Mas a pulsão facilitista remonta ao D.-L. 12/2004, através do qual a atribuição dos alvarás passa a ignorar a especialização dos operários, considerando-os apenas por grupos de remuneração, e, mais tarde, ao D.-L. 69/2011, que deixa de ter em conta os operários e quadros intermédios, e, ainda, à abolição dos Certificados de Aptidão Profissional (CAP) pelo D.-L. 92/2011.

A publicação do D.-L. 95/2019, que entrou em vigor no passado dia 15 de novembro, dá um primeiro abanão ao edifício legislativo facilitista, com a revogação do já referido regime excecional de reabilitação urbana e a entrada em vigor de duas partes relevantes do Eurocódigo 8, respeitante ao projeto de estruturas para resistência aos sismos. Mas a desejada adequação do enquadramento legal e regulamentar às exigências de reabilitação está ainda longe de assegurada.

Para atingir este objetivo, é necessário ou reverter o cortejo de “simplificações” introduzidas de 2004 para cá, ou utilizar outras soluções para assegurar a adequada capacidade técnica dos agentes, dentre as quais se destacam os sistemas de qualificação.

A exigência de qualificação aos diversos agentes decorre diretamente das exigências da reabilitação, embora não seja a mesma para todas as áreas de intervenção. Mas

ela coloca-se com particular acuidade pelo menos em duas áreas: as intervenções que se destinam à adequação da resistência sísmica dos edifícios e as que têm por objeto o património cultural construído. São estas as duas áreas por onde deve começar a implementação dum regime que atenda às exigências da reabilitação de edifícios. De uma forma ou de outra, é essencial que as empresas intervenientes nestas duas áreas façam prova de ter nos seus quadros RH adequadamente qualificados, a todos os níveis: desde o engenheiro até ao operário da frente de trabalho.

Paralelamente, e num âmbito mais alargado, é necessário promover e valorizar os CAP ou diplomas de qualificação e dignificar as profissões da construção ■

Nota: Artigo publicado no jornal Público online em 10 de Dezembro de 2019.

Isto também é Património



Projecto Letreiro Galeria

Rita Múrias | Letreiro Galeria

As cidades transformam-se e reinventam-se. Lamentavelmente, nos processos de reabilitação urbana, a sensibilidade para a preservação do património cultural não tem valorizado os letreiros comerciais que são parte importante da memória da cidade. Quando se perdem estes registos gráficos, fica mais pobre a nossa memória gráfica, económica, tecnológica, industrial.

Em 2014, na nossa curiosidade de designers de comunicação à procura de registos gráficos nas ruas de Lisboa, confrontámo-nos com o desaparecimento de diversos letreiros de fachada. Os vestígios de marcas deixadas pelo tempo e pela vida comercial nas paredes dos edifícios assemelhavam-se, por vezes, a obras de arte pública. Esse passou a ser um padrão no nosso percurso: letreiros numa fachada deixavam de lá estar semanas ou dias depois. As lojas desaparecem, as memórias ficam.

Num levantamento no rasto de letreiros desativados, percorremos a zona de Alcântara até à Baixa Pombalina e aos Restauradores, alargámos a procura para outras freguesias lisboetas, saímos da cidade, para Algés, Cascais, Amadora, Almada e Coimbra.

Foi a partir desta constatação que nasceu o Projecto Letreiro Galeria. Estávamos determinados a preservar a memória gráfica da cidade através do resgate destes objetos desativados, evitando a sua destruição, com o objetivo final de criar um museu de letreiros colocando a coleção reunida à disposição do público.

Em junho desse ano estabelecemos a meta de tentar recuperar / salvaguardar um letreiro por semana. De 2015 a 2018 resgatámos em média dois a três letreiros por mês e em 2019 cerca de 30 letreiros no total.

Em 2016, na exposição “Cidade Gráfica: Letreiros e Reclames de Lisboa no Século XX” (Lisboa, MUDE, Museu do Design e da Moda, com catálogo publicado em 2017), realizada no Convento da Trindade, foram expostas cerca de 80 peças de várias tipologias.

1 | Ritz.
© Letreiro Galeria

2 | Armazém.
© Adriano Fagundes

3 | Café América.
© Letreiro Galeria

4 a 7 | Cidade Gráfica.
© Maria Correa



2



3



4



5



6



7



No primeiro andar mostrávamos letreiros sem luz, portas guarda-vento, tabuletas e letras em metal. Nas escadas para o segundo andar, caixas de luz. Por último, os letreiros em néon, no piso superior, organizados nas várias salas, por letras em estilo manuscrito, itálico, com serifa, sem serifa, geometrizadas, com figuras; na última sala, as letras de grande porte, finalizavam com o letreiro do Hotel Ritz, com letras de 2,5 metros de altura cada.

A diversidade e quantidade de peças que o Projecto Letreiro Galeria adquiriu (atualmente, cerca de 250) levou-nos à necessidade de organizar uma classificação para fazer um inventário desta coleção, adaptando para esse fim as normas criadas para outros tipos de património, publicadas pelo Instituto Português de Museus.

Faz parte da investigação deste projeto analisar as técnicas aplicadas à produção dos letreiros, com observação direta, em visitas a alguns laboratórios de moldagem de tubo de vidro com gás néon, em empresas como a Neolux (Vialonga), a oficina António Reis (Lisboa, Santa Apolónia), o laboratório/oficina de Victor Horta e Domingos Reis (Abóboda) e

o laboratório de Sebastião Gomes (Espinho). Todos os técnicos ainda em atividade colaboraram com mestres de empresas de reclamos luminosos como a Simões Júnior, Lda., a Contacto, Lda., a Apa-milux, Néon Africa, Angola Néon ou a primeira Neolux (Porto, Coimbra, Lisboa e Faro).

Um letreiro ou reclamo luminoso, com gases raros, é composto por um conjunto de tubos de vidro de pequenos diâmetros, preenchidos com gás depois de estabelecido o vácuo, com enchimento a gás, moldados em forma de letras, palavras ou desenhos, utilizados, em geral, para identificação de estabelecimentos comerciais.

As extremidades de cada peça têm um eléctrodo que liga a um transformador de alta tensão. Quando atravessado pela corrente eléctrica, o gás emite luz: o néon emite luz vermelha e o árgon, com mercúrio adicionado, luz azul. Em zonas mais frias ou mais quentes, é utilizada uma mistura destes dois gases para compensar a resistência à temperatura e evitar fissuras no vidro. Outras cores podem ser obtidas pela adição ao gás de um pó fluorescente.

8 | *Reidas Fardas*
© Letreiro Galeria

9 | *Ciola Modas.*
© Letreiro Galeria

10 | *Oculista do Chile.*
© Letreiro Galeria

11 | *Contacto.*
© Letreiro Galeria



9



10



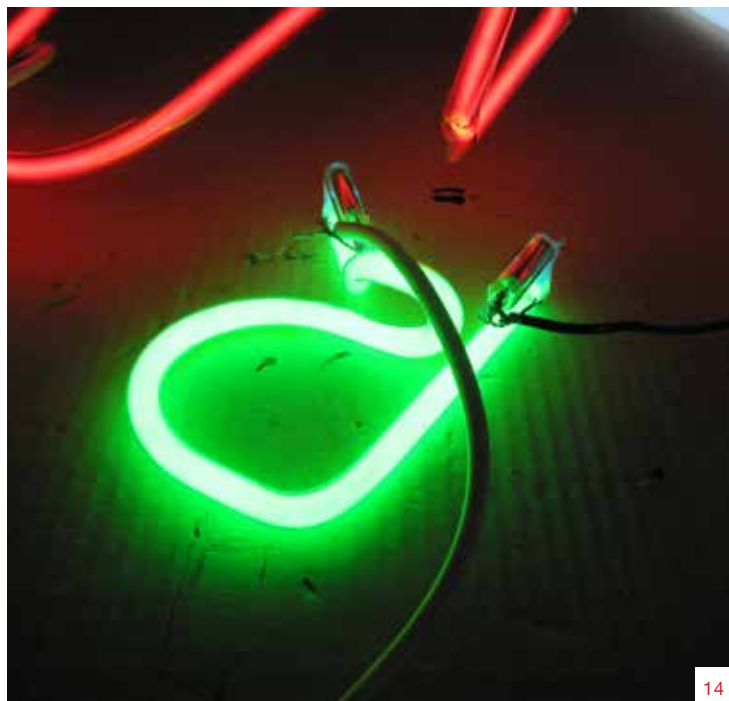
11



12



13



14

13 a 16 | Laboratório da Neolux, na Vialonga © Letreiro Galeria

Com base na observação feita, e a partir dos testemunhos de vários vidreiros, podemos descrever o processo de execução de uma letra, que passa por várias etapas complexas:

- a) desenho do letreiro, em papel, à escala real;
- b) adaptação do desenho invertido para tubos de vidro;
- c) cálculo e registo de ligações entre letras e dobragens;
- d) cálculo da quantidade de tubo de vidro a utilizar;
- e) moldagem com fogo de maçarico manual para curvas pequenas, ou maçarico flauta para curvas grandes;
- f) confrontação em simultâneo com o desenho à escala real;
- g) colocação de pó fluorescente, caso se pretenda a luz obtida por uma cor composta pela junção de pó e gás;
- h) colocação dos elétrodos nas extremidades da peça concluída, com o fogo de maçaricos;
- i) aquecimento dos elétrodos ao rubro e enchimento com gás árgon ou néon conforme a cor pretendida, na banca de enchimento;

j) ligação dos elétrodos à eletricidade, com transformadores de alta tensão, na banca de formação, para uniformizar a cor.

Nas demonstrações das moldagens do tubo de vidro foram-nos apresentadas duas técnicas de moldagem: a técnica americana e a técnica portuguesa, ou europeia. A primeira é praticada em muitos países estrangeiros (EUA, África do Sul, Moçambique), a segunda é executada com muito rigor em Portugal e, de um modo menos rigoroso, noutros países da Europa.

Nas visitas aos referidos laboratórios de néon, a expressão “técnica portuguesa” é mencionada com especial brio profissional, pelo perfeccionismo exigido neste processo, em comparação com a técnica americana. Na moldagem da técnica portuguesa, recorre-se a soldaduras (unindo as diferentes peças de vidro por ação do fogo) quando se formam ângulos rectos na ligação entre os tubos, quando há curvas ou ângulos apertados e rebaixamento ou elevação do tubo. Esta técnica é aplicada para que o resultado final



15



16

seja tão próximo quanto possível da forma e desenho original, tendo em conta a adaptação para tubo de vidro.

Pelo contrário, a técnica americana, por regra, não tem soldaduras e a modelação das curvas e ângulos rectos é arredondada e sem interrupções; também os rebaixamentos ou elevações, na forma da peça, são sempre arredondados.

No espólio de letreiros do Projecto Letreiro Galeria podemos testemunhar a extrema complexidade na elaboração da técnica portuguesa aplicada à forma das letras, sobretudo em alguns exemplares com letra no estilo manuscrito. Verificamos, nessa observação, como vidreiros diferentes, a partir da mesma técnica, podem usar as mesmas ferramentas e a mesma linguagem e obter resultados diferentes.

Na visita que os técnicos destes laboratórios fazem ao nosso armazém, facilmente reconhecem as técnicas uns dos outros, pela forma como os letreiros foram construídos, pelo diâmetro do tubo, pela exposição do tubo

sobre a chapa (mais ou menos exposto), se o topo da soldadura da chapa tem ou não uma bainha em todo o contorno do letreiro. Apenas olhando para o tubo de vidro, mesmo desligado, percebem de imediato se o gás utilizado é argón ou néon.

Com todos estes testemunhos, com as sucessivas alterações tecnológicas e a extinção eminente de todas estas técnicas, a par das transformações em curso nas nossas cidades, sentimos que corremos contra o tempo. No entanto, sabemos que todo o esforço feito desde 2014 na preservação destes letreiros foi um contributo para a história do património gráfico em Portugal. Caso não tivéssemos resgatado todos estes letreiros, eles teriam sido simplesmente destruídos, ou vendidos para casas de antiguidades.

Entrar no armazém é como caminharmos num conjunto de pequenas ruas, todas juntas, cheias de letreiros e memórias, num espaço repleto de histórias e palavras gráficas, à espera de um espaço para um futuro Museu, onde todos possamos usufruir desta coleção ■

Organizações internacionais no âmbito da Conservação de Bens Culturais

Breves notas

Isabel Raposo de Magalhães | Membro do Conselho do ICCROM; ex vice-presidente da Direcção do ICOM-CC

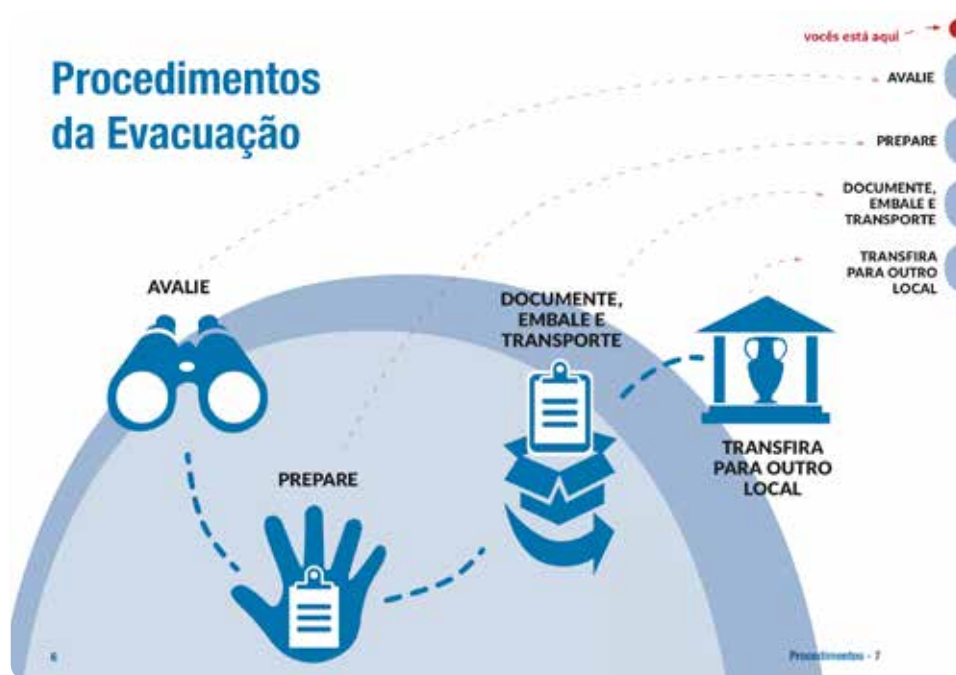
A recente edição em língua portuguesa do manual UNESCO/ICCROM sobre evacuação de colecções patrimoniais em risco serve de pretexto para uma reflexão sobre a importância da cooperação e o papel que desempenham algumas das mais importantes organizações internacionais na área da salvaguarda e conservação do Património.

A recente pandemia que assola o mundo veio reforçar a ideia de que nenhum país pode dar resposta a crises, sejam elas de que natureza forem, sozinho. Pelo que, na área do Património Cultural, a comunidade científica internacional mobilizou-se prodigando informação e conselhos para que os profissionais possam melhor dar resposta e proteger as suas instituições dos efeitos do Covid19. A título de exemplo, as do ICCROM, da American Alliance of Museums e do Australian Institute for Conservation (AICCM) em colaboração com o seu comité nacional do Blueshield, traduzido para português pelo IberoMuseus.

Once upon a time...

As imagens de Dresden, Varsóvia, Londres e de tantas cidades europeias arrasadas pelas bombas, e a consciência da destruição e espoliação massivas de bens culturais ocorridas na segunda guerra mundial, estiveram na origem de decisões estratégicas para a conservação





do Património Cultural, como foram a da criação da UNESCO, em 1946 e a do ICCROM dez anos mais tarde. Organizações que iriam ter um papel fulcral ao nível da protecção, da valorização e da conservação dos bens culturais a nível global.

Em 1954, por iniciativa da UNESCO, é ratificado o primeiro tratado internacional focado para a protecção dos bens culturais em caso de conflito armado, a Convenção de Haia. Onde os Estados aderentes acordaram em tomar medidas para proteger e minorar os efeitos destrutivos de guerras e conflitos sobre o Património. Esse protocolo inicial proibiu a exportação ilícita de bens culturais, obrigando à sua devolução (Portugal só viria a aderir em 2005).

A partir do final dos anos 80, assistimos a um tipo diferente de guerras, na antiga Jugoslávia, ou Afeganistão (e mais tarde na Síria e Iraque) onde foram deliberadamente escolhidos como alvos os símbolos identitários e os testemunhos religiosos de algumas etnias e povos, privando-os da sua história e da sua herança cultural.

Assim, foi necessário rever a Convenção, acrescentando um segundo protocolo em 1999 que introduz sanções e responsabilidades criminais (Portugal ratificou-o em 2018).

Foi com base neste protocolo que em, 2016, pela primeira vez, houve uma condenação do Tribunal Penal Internacional por crimes contra o Património Cultural.

Ao longo dos anos a UNESCO tem conseguido fazer aprovar legislação importante para a salvaguarda do Património Cultural. As Convenções, que têm força legal e obrigam os estados membros que as ratificam, as Declarações e as Recomendações que são alertas por vezes transformadas, posteriormente, em Convenções.

ICCROM

Foi por iniciativa da UNESCO que surgiu o ICCROM, uma organização intergovernamental que conta, neste momento, com 136 estados membros e funciona como o braço operacional da UNESCO para a conservação e o restauro e o órgão consultivo para o Património Mundial.

Os seus programas de sensibilização, formação, aconselhamento técnico e científico, o seu centro de documentação especializado e a capacidade de resposta e intervenção rápidas (nomeadamente em contexto de primeira ajuda após catástrofes), beneficiando de uma significativa rede de parcerias, são uma mais valia para os estados membros.

Desde o início que um dos seus eixos prioritários foi a formação. Nos anos 60, os primeiros cursos de conservação de monumentos e centros históricos, na década de 70 os de pintura mural e, depois, os cursos sobre princípios científicos da conservação e preservação de colecções. Nos últimos anos, vindo ao

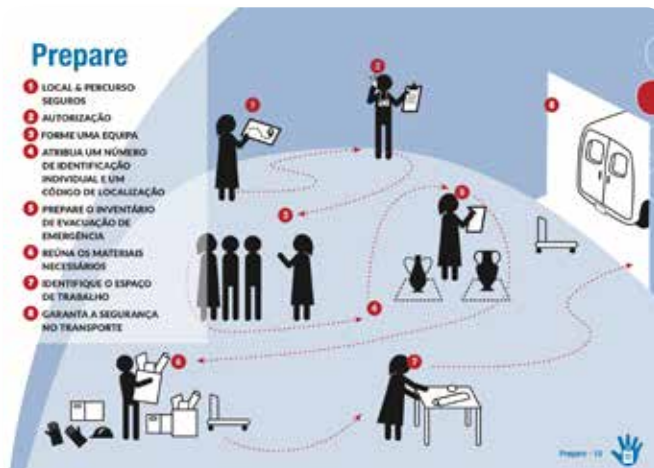
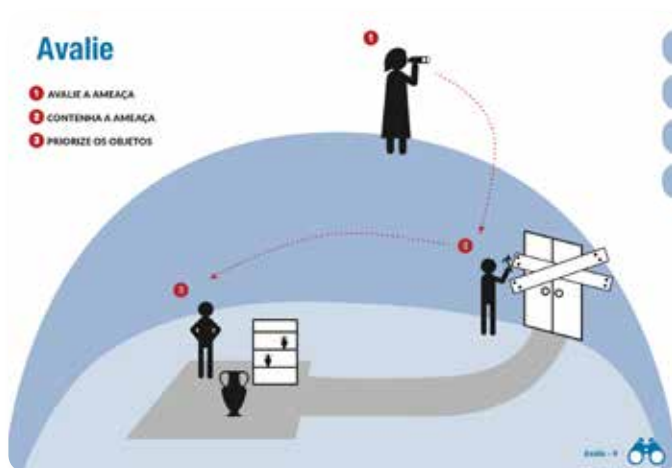
encontro de questões e desafios actuais: a gestão de riscos e de colecções e a cooperação estratégica com o Comité do Património Mundial, incrementando a divulgação e o “raising awareness” para a Conservação do Património.

Assim, estabeleceu programas articulados de prevenção e gestão de riscos, para formar e treinar profissionais. O curso “First Aid in Time of Crisis” investindo na produção de instrumentos e material didáctico, muito dele disponível on line para download gratuito.

No domínio da conservação preventiva, depois de um inquérito a nível mundial, realizado em 2011 a cerca de 1 500 museus em mais de 130 países, onde chegou à conclusão de que 60% dos museus tinham as suas colecções em risco, o ICCROM criou o Método Re-Org (7).

Trata-se de um instrumento metodológico para a reorganização das reservas dos museus, acessível de forma gratuita pela internet, onde disponibiliza directrizes e ferramentas de avaliação bem como uma base de dados de imagens de diversos *case-studies*. Entretanto, foi realizando cursos, por todo o mundo, com enorme sucesso. Em Portugal, graças à candidatura apresentada pelo Museu da Cidade, decorreu em 2018 um curso internacional em Lisboa.

Ainda no domínio das colecções, o ICCROM desenvolveu um novo programa, o “Sound and Image Collections Conservation”, virado



para o tratamento de registos de som e imagens de forma a assegurar a sua conservação, disponibilização e acessibilidade.

O ICCROM trabalha em estreita cooperação com uma vasta rede de instituições que operam nesta área: UNESCO, ICOM, ICOMOS, Escudo Azul, Smithsonian, Canadian Conservation Institute, Institut Royal du Patrimoine Artistique (Bruxelas), entre outros.

ICOM-CC

Criado em 1967, o Comité da Conservação do ICOM é o maior dos comités do ICOM, reunindo mais de 3 000 membros distribuídos por 21 grupos de trabalho especializados. É responsável por uma intensa produção de textos e artigos científicos, apresentados nos encontros trienais e nas conferências sectoriais.

Em 2011 teve lugar em Lisboa o 16.º Encontro Trienal do Comité da Conservação do ICOM reunindo, pela primeira vez em Portugal, mais de 900 especialistas de todo o mundo. Foi reconhecida a qualidade e o interesse dos artigos e comunicações portuguesas.

A presença nacional no ICOM-CC tem vindo a crescer, não só ao nível da produção de artigos como na própria gestão e coordenação dos grupos de trabalho.

Escudo Azul

Em 1996, as organizações que representam os museus, os monumentos e sítios os arquivos e as bibliotecas (ICOM, ICOMOS, ICA e IFFLA) decidiram criar o Comité Internacional do Escudo Azul, uma ONG internacional cuja esfera de actuação gira à volta dos riscos e dos estragos provocados por catástrofes naturais ou guerras, no Património Cultural.

O Escudo Azul agrupa profissionais das instituições patrimoniais e dos organismos de protecção civil, capazes de intervir rapidamente em situações de risco e emergência. Os seus objectivos dão especial ênfase à prevenção de riscos, à formação de especialistas e à elaboração de normas no âmbito da protecção das colecções.

Por outro lado, as suas ligações privilegiadas a organizações como a Cruz Vermelha, a UNESCO, o ICCROM ou o Banco Mundial, permitem-lhe congregar esforços e facilitar a ajuda internacional, recorrendo a programas de financiamento para a reconstrução.

No sismo do Haiti, em 2010, a resposta foi imediata ao nível da avaliação de estragos, da circulação de informação, da mobilização de voluntários (mais de 700) e colaboração na criação de um centro para a recuperação do património afectado. No Nepal, em 2015 foi crucial a sua intervenção.

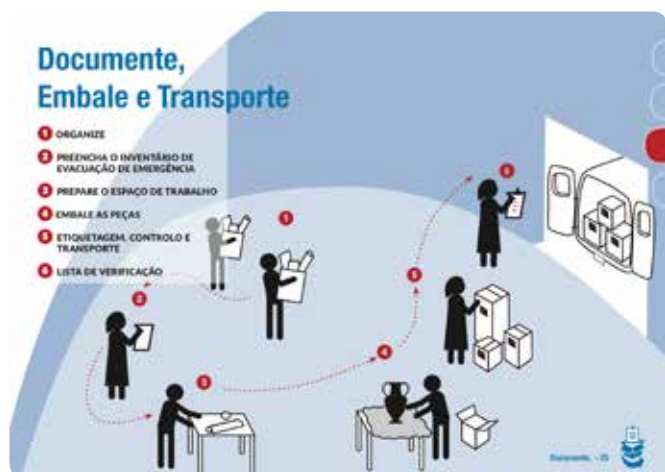
A pouco e pouco foram sendo criados comités nacionais que actuam solidariamente. Em Portugal, desde 2005 que foram feitas várias tentativas de criar um comité nacional, até agora sem grande êxito¹.

ICOMOS

A criação do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios, em 1964, no 2.º Congresso de Arquitectos especialistas em edifícios históricos, em Veneza, é um marco relevante para a história do Património Cultural, pois coincidiu com a adopção da Carta Internacional para o Restauro. A Carta de Veneza, tal como a de Atenas (1933) sobre o restauro de edifícios históricos, são duas pedras basilares para o desenvolvimento de uma abordagem teórica, metodológica e científica na intervenção sobre o Património Arquitectónico e Arqueológico.

O ICOMOS conta com mais de 10 mil membros nos seus 110 comités nacionais e criou 28 comités científicos internacionais onde pontuam especialistas que são recorrentemente chamados para missões internacionais.

Para além destas grandes organizações há instituições nacionais incontornáveis na cooperação internacional que se afirmaram como parceiros privilegiados nos grandes projectos do ICCROM, do ICOM-CC e do ICOMOS.



O caso do **Canadian Conservation Institute**, com os seus especialistas, programas de formação, e intensa publicação de textos científicos e programáticos que podem ser consultados no site, desde as notas, aos boletins técnicos, as actas de encontros e conferências. Apostaram, desde muito cedo, nas sessões on line: os webinar, que são verdadeiras aulas.

O **Smithsonian Institution**, que colabora activamente com o ICCROM no curso de First Aid in Time of Crisis e nas missões internacionais de apoio em situação de catástrofe.

O **Getty Conservation Institute** tem excelentes programas de formação e publicações, entre elas os utilíssimas AATA (Art and Archaeology Technical Abstracts). Oferece estágios e bolsas (por ex. bolsas para estudantes assistirem aos encontros do ICOM-CC) e participa em projectos de investigação e cooperação internacional.

O **KIK-IRPA**, Institut Royal du Patrimoine Artistique de Bruxelas, criado em 1948, o equivalente ao “nosso Instituto José de Figueiredo”, tem colaborado estreitamente com o ICCROM no Projecto Re-Org, co-organizando cursos. Acabou de lançar o concurso “Share-Org” destinado a museus que reorganizaram as suas reservas.

A **ECCO**, Confederação Europeia dos Conservadores Restauradores, na qual está filiada a **ARP** (Associação profissional dos conservadores-restauradores), tem contribuído largamente para a discussão e aprovação de directrizes, a nível ético e profissional, e produzido inúmeros textos normativos de grande relevância.

Em jeito de conclusão

Partilhar conhecimentos e experiências é sempre enriquecedor e, sobretudo em tempos difíceis, a solidariedade internacional é fundamental.

Para finalizar este apontamento, que aborda as mais importantes organizações internacionais, entre muitas outras possíveis, regresso ao início, que lhe serviu de pretexto: o Manual UNESCO/ICCROM.

Face a situações de risco extremo, é fundamental para os profissionais poderem ter acesso a planos estruturados de prevenção, emergência e evacuação, com conselhos práticos e exequíveis.

Por isso a decisão de editar em português, o Manual de Evacuação de Coleções em Risco, financiada pela “sociedade civil”: uma parceria entre o Grupo de Amigos do Museu dos

Coches e as comissões nacionais do ICOM e do ICOMOS.

A edição foi coordenada por Isabel Raposo de Magalhães, a tradução esteve a cargo do Luís Ramos Pinto, e a revisão científica da Esmeralda Paupério e Xavier Romão. A edição em formato digital foi entregue à Canto Redondo.

Este foi um projecto que nos pareceu da maior relevância e utilidade para todo o universo de países lusófonos e está acessível para download nos sites da UNESCO e ICCROM e, a nível nacional, do ICOM e ICOMOS ■

NOTA

1. Magalhães, I.R., “Um Escudo Azul para a salvaguarda do património cultural em perigo = A Blue shield to safeguard cultural heritage at risk”. Conservar Património. ARP. N.º 12 (2010), p. 51-56.

** Artigo redigido ao abrigo do antigo acordo ortográfico.*

Boas Práticas

ROTH PROJECTOS & NCREP

CASA DE GRANITO EM ARGOMIL





Reabilitação de um conjunto edificado que ocupa na íntegra um quarteirão localizado no centro da aldeia de Argomil, no distrito da Guarda.

O quarteirão é ocupado, a Norte, por um volume de dois pisos com varanda alpendrada orientada a Sul, que se prolonga até ao quintal de encontro a um segundo volume que se desenvolve a partir do muro que limita o terreno a poente. Entre estes dois volumes, protegido do vento, encontra-se o pátio.

O primeiro volume, destinado originalmente a habitação no piso superior e à recolha de animais e celeiro no piso térreo, aparenta ser o mais antigo. O segundo destinava-se exclusivamente ao apoio das actividades agrícola e pecuária.

A volumetria, a organização funcional e as técnicas construtivas enquadram-se na arquitectura tradicional da zona, destacando-se alguns elementos da construção, como os bancos “conversadeiras” e a guarnição de dois vãos no piso superior, que indiciam uma origem de há vários séculos atrás.

O conjunto é construído com paredes exteriores, interiores e escadas em alvenaria de granito e algumas paredes interiores do primeiro andar em tabique. O pavimento do piso térreo era, em quase todos os compartimentos, constituído por solo compactado sem revestimentos, e o do piso superior em madeira. A estrutura das coberturas era igualmente de madeira revestida com telha de canudo.

A intervenção visou adaptar todo o conjunto edificado, incluindo as zonas anteriormente destinadas ao apoio à agricultura e pecuária, a habitação unifamiliar.

Foram realizadas previamente acções de inspecção e diagnóstico que permitiram aferir o estado de conservação dos elementos construtivos, sendo assim possível prever (em fase de projecto) a manutenção da maioria

dos materiais existentes, tais como, a totalidade da alvenaria de granito nas paredes exteriores, que foi consolidada, e parte da madeira da estrutura dos pavimentos e da cobertura.

Foram substituídos, o revestimento das coberturas (por material idêntico ao existente, telha cerâmica de canudo) e as caixilharias dos vãos exteriores (de forma a dar cumprimento aos requisitos de conforto térmico) ■

FICHA TÉCNICA

CLIENTE

José Lopes Marques

COORDENAÇÃO E ARQUITECTURA

Roth Projectos

Coordenação: Diana Eibner Roth.

Colaboração: Pedro Loureiro,
Mário Lopes, Sofia Rivas

ESTABILIDADE

NCREP

Alexandre Costa, Luís Ferreira

ENGENHARIAS

Engiprior

Hidráulica: José Saraiva

Electricidade, telecomunicações, SCI:
Manuel Fanica

Climatização, ventilação, térmica:

Mário Santos

Acústica: José Afonso

FOTOGRAFIA

Sofia Rivas, Diana Roth

DIRECÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

Ricardo Pereira

EMPREITEIRO

Edmundo Pereira Marques, Unip.













Reabilitação de edifício de habitação unifamiliar em Espinho

A CURA foi responsável pelas atividades de inspeção e diagnóstico, bem como pela elaboração de projeto de reabilitação de um edifício de habitação unifamiliar situado no centro da cidade de Espinho, cuja construção data de 1937. A nível estrutural, procedeu-se ao reforço das fundações, à estabilização das paredes de alvenaria e à execução de novos pavimentos e estrutura da cobertura, em madeira lamelada colada.

Como materiais de isolamento térmico e acústico foram utilizadas placas de fibras de cânhamo e rebocos à base de cal hidráulica natural com incorporação de cortiça. Os elementos decorativos existentes nas fachadas e chaminé foram alvo de uma intervenção de conservação e restauro ■

FICHA TÉCNICA

INSPECÇÃO E DIAGNÓSTICO

Cura – Projectos

PROJECTO DE ARQUITECTURA

Cura – Projectos

PROJECTO DE ESPECIALIDADES

Cura – Projectos

FISCALIZAÇÃO

Cura – Projectos

EMPREITEIRO

STB - Reabilitação do Património Edificado, Lda.







Curso de Estudos Avançados em Reabilitação do Património Edificado

3.^a fase de candidaturas até 5 de agosto de 2020

O Curso de Estudos Avançados em Reabilitação do Património Edificado (EARPE), promovido pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, terá a sua 7.^a edição no próximo ano letivo (2020-2021) e conta já com uma vasta experiência na formação avançada de profissionais da Engenharia Civil e da Arquitetura, no nosso país.



Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, através do Departamento de Engenharia Civil, é reconhecidamente um centro de excelência em diversos domínios técnico-científicos, em particular no domínio da Reabilitação do Património Edificado. A adaptação da Universidade ao Processo de Bolonha exige que a formação avançada (Pós-Graduação) esteja para além do segundo ciclo e constitua uma alternativa, com uma forte componente tecnológica, a um percurso científico num programa doutoral de terceiro ciclo.

O Curso EARPE tem como objetivo fornecer uma preparação tecnológica sólida no domínio da Engenharia Civil e da Arquitetura, para a participação em equipas multidisciplinares necessárias nas intervenções de reabilitação do património edificado. Trata-se de um diploma com formação na área das

construções, das estruturas, dos materiais, do planeamento, da geotecnia e da arquitetura e destina-se a Engenheiros Cívicos e Arquitetos que tenham completado o 2.º ciclo do novo modelo de Bolonha ou que possuam 300 ECTS (antigos licenciados).

A conclusão com aprovação do Curso EARPE dará direito à emissão de um Diploma (não conferente de grau) emitido pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Aos alunos que apenas completem algumas unidades curriculares será emitida uma certidão comprovativa de frequência com aprovação dessas disciplinas.

O Curso EARPE tem a duração de um ano letivo, correspondente a 60 ECTS ■

MAIS INFORMAÇÕES [AQUI](#)

DIRETORA
Eva Barreira

COMISSÃO CIENTÍFICA
Eva Barreira, Arlindo Begonha, Fernando Brandão Alves, João Miranda Guedes

CORPO DOCENTE
Aníbal Costa, António Arêde, António P. Oliveira de Carvalho, António Viana da Fonseca, Arlindo Begonha, Eva Barreira, Fernando Brandão Alves, Helena Corvacho, Hipólito de Sousa, Isabel Breda Vázquez, João Miranda Guedes, Jorge Moreira da Costa, José Amorim Faria, Nelson Vila Pouca, Nuno Ramos, Nuno Valentim, Pedro Alarcão, Rui Calejo, Rui Póvoas, Vasco Peixoto de Freitas

SECRETARIADO
Olívia Costa

GECORPA participa na Semana da Reabilitação Urbana de Lisboa

Com os constrangimentos provocados pelo novo coronavírus, a SRU irá realizar-se nos dias 7, 8 e 9 de Julho numa plataforma virtual de eventos, inovando para continuar a assegurar a participantes e sponsors um evento de sucesso.

Com o modelo de evento virtual em preparação, alarga-se a oportunidade de partici-

pação a mais profissionais do setor, sem o limite imposto pelo evento físico. Sessões plenárias, apresentações de empresas e serviços, formação e máxima interação com os Expositores, para um intenso debate focado na Regeneração, Reabilitação e Re-uso na cidade de Lisboa.

A Semana RU Lisboa é uma iniciativa da revista Vida Imobiliária e da Promevi. O evento conta com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, das Ordens Profissionais e principais Associações do setor, contribuindo para a promoção da Reabilitação Urbana enquanto desígnio nacional ■

Atelier Samthiago na equipa de restauro da Capela de Santiago de Compostela



© Atelier Samthiago

São inúmeras as intervenções em desenvolvimento, quer no interior quer no exterior, abrangendo a quase totalidade do monumento. O objetivo é que os trabalhos de Conservação e Restauro da Catedral estejam concluídos até final do ano, preparando o arranque do Ano Santo Compostelano 2021.

Catedral de Santiago de Compostela foi construída entre 1075 e 1128, em estilo românico, tendo sofrido depois várias reformas que lhe adicionaram elementos góticos, renascentistas e barrocos. Segundo a tradição, acolhe o túmulo do apóstolo Santiago Maior, padroeiro e santo protetor de Espanha, o que a converteu no principal destino de peregrinação cristã na Europa, a seguir a Roma, através do chamado Caminho de Santiago, uma rota que se estende por toda a Península Ibérica e Europa Ocidental. A Catedral é o 4.º monumento mais visitado de

Espanha e foi declarada Bem de Interesse Cultural em 1896, sendo o conjunto da cidade velha de Santiago de Compostela classificado como Património Mundial da UNESCO.

O Atelier Samthiago tem a seu cargo, nesta primeira fase, o projeto de “Restauración de la fachada sur y oriental del claustro y del esconce y de la torre del tesoro y de las cubiertas del ala oriental del claustro”, projeto coordenado e sob a responsabilidade da Trycsa / Fundación Catedral de Santiago ■

Vasco Martins Costa



Vasco Martins Costa, o último Diretor Geral da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), faleceu no dia 25 do passado mês de março.

Engenheiro civil pelo Instituto Superior Técnico, foi Diretor-Geral da DGEMN desde 1989 até 2007, ano em que se aposentou, em resultado da extinção do organismo que dirigia, durante o primeiro governo de Sócrates.

Um dos pontos altos do início do seu mandato foi a realização da “Sétima Conferência Internacional para o Estudo e Conservação da Arquitetura de Terra”, em cooperação com o Município de Silves, em outubro de 1993. Logo no ano seguinte foi lançada, com a colaboração de Margarida Alçada, a Monumentos, uma revista semestral de grande nível técnico e científico sobre “edifícios e monumentos”.

Em 1999, participou do Grupo de Trabalho organizado pela UNESCO para a “Autenticidade e Integridade das Cidades Históricas” – Nara, Japão. Entre 2003 e 2009 foi docente em

sucessivas edições do curso internacional ARIS – Architectural Records, Inventories and Information Systems for Conservation, promovido conjuntamente pelo ICCROM (International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property) e pelo Getty Conservation Institute.

Mas o projeto de maior alcance, e aquele em que mais se empenhou, foi porventura o desenvolvimento, a partir de 1990, do Sistema de Informação técnica e científica para o Património Arquitetónico – SIPA, com o qual procurou colocar as tecnologias da informação ao serviço do património cultural construído e, por essa via pôr o inerente conhecimento à disposição da comunidade científica e da sociedade em geral. Esta iniciativa, que envolveu a recolha e sistematização do vasto acervo documental reunido pela DGEM desde a sua fundação em 1929, deu origem ao arquivo e inventário do Forte de Sacavém. Vasco Costa apresentou esta iniciativa num artigo publicado na Pedra & Cal 30 (Abril-Junho de 2006).

Depois de 2007 Vasco Martins Costa fundou e foi o primeiro presidente da Associação In.Cidades, a partir da qual procurou impulsionar a formação em técnicas tradicionais de construção.

Numa entrevista publicada na *Ingenium*, a revista da Ordem dos Engenheiros, no início de 2012, a seguir à entrada da Troika em Portugal, Vasco Costa relacionava o desmantelamento da DGEMN com a desvalorização do papel desempenhado pelos engenheiros na Administração Pública. Segundo ele, um dos resultados dessa desvalorização foi o descontrolo a que se assistiu nas obras promovidas pelo Estado. Reconhecendo a qualidade dos recursos humanos que integram a Administração Pública, Vasco Costa atribuía os maus resultados à liderança governativa ■

GRUPO I

Projeto, fiscalização e consultoria



Prestação de serviços de consultoria e projecto na área da arquitectura, com particular enfoque na reabilitação do património edificado.



Inspecções, auditorias, estudos, peritagens, projetos e formação, no âmbito da Engenharia e da Arquitectura. Ensaios, testes e medições para apoio ao diagnóstico de anomalias construtivas. Controlo de qualidade, fiscalização e gestão de obras públicas ou privadas.



Consultoria em reabilitação do património edificado. Inspecção e diagnóstico. Avaliação de segurança estrutural e sísmica. Modelação numérica avançada. Projeto de reabilitação e reforço. Monitorização.



Gestão imobiliária e de participações, Lda.



Juntas de dilatação de edifícios, rodoviárias e ferroviárias, pregagens Cintec, proteção sísmica, químicos para construção, aparelhos de apoio, pré-esforço, reabilitação de estruturas, proteção contra explosões, barreiras acústicas, nanopartículas para a construção.

GRUPO II

Levantamentos, inspeções e ensaios



Levantamentos. Inspecções e ensaios não destrutivos. Estudo e diagnóstico.

GRUPO III

Execução dos trabalhos. Empreiteiros e Subempreiteiros



Conservação e restauro do património arquitetónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitetónico e construções antigas.



Engenharia e construção.



Conservação e restauro do património arquitetónico. Conservação e reabilitação de construções antigas.



Conservação e reabilitação de edifícios. Consolidação estrutural. Cantarias e alvenarias. Pinturas e carpintarias. Conservação e restauro de património artístico.



Construção de edifícios. Conservação e reabilitação de construções antigas.



Conservação e reabilitação de edifícios. Consolidação estrutural. Conservação de cantarias e alvenarias.



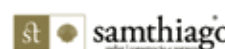
Engenharia, construção e reabilitação.



Consultoria e projeto: reabilitação de edifícios; comportamento higrotérmico; comportamento acústico; estudo de patologias; coordenação de projeto



Reabilitação de edificações e de estruturas. Restauro de peças de arte.



Projeto de conservação e restauro do património arquitetónico. Conservação e restauro do património arquitetónico. Azulejos; cantarias (limpeza e tratamento); dourados; esculturas de pedra; pinturas decorativas; rebocos e estuques; talha.



Reparação e reforço de estruturas. Reabilitação de edifícios. Inspecção técnica de edifícios e estruturas. Instalação de juntas. Pintura e revestimentos industriais.

GRUPO IV

Fabrico e/ou distribuição de produtos e materiais



Fabricante de reforços de estruturas em betão armado e alvejarías com compostos de fibras. Reforço de pavimentos rodoviários, aeroportuários e portuários com malhas de fibra de carbono e vidro.



Produção e comercialização de produtos e materiais para o património arquitetónico e construções antigas.

ESTATUTO EDITORIAL DA PEDRA & CAL

A revista *Pedra & Cal* é uma publicação periódica especializada, nascida em 1997, que se dedica à conservação e restauro do Património Cultural Construído e à reabilitação do Edificado em geral.

A *Pedra & Cal* tem como missão prestar informação diversificada e fidedigna sobre as melhores práticas, ideias e projetos destes segmentos de atividade do setor da constru-

ção, tendo como destinatários os seus associados, as empresas e os profissionais destas áreas, de modo a contribuir para a qualidade das intervenções.

Para cumprir esta missão a revista propõe-se contribuir para a divulgação do conhecimento nestas áreas e reforçar a interação entre os diversos intervenientes com as entidades dedicadas à formação e à investigação.

A *Pedra & Cal* propõe-se, também, sensibilizar o público em geral para a importância do Património Cultural Construído e constituir um fórum para a crítica e a opinião, sempre com respeito pela liberdade de expressão e pelos códigos da Ética e Deontologia jornalísticas.

A *Pedra & Cal* não tem qualquer dependência de ordem ideológica, política ou económica.



ESTUDOS AVANÇADOS EM REABILITAÇÃO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO

2020 - 2021

7^a Edição

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Departamento de Engenharia Civil

U. PORTO

FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA
UNIVERSIDADE DO PORTO

APOIO INSTITUCIONAL: